

JU CAJU/DIÁRIO DE CUIABÁ

Custos altos, preços em baixa, dívidas vencendo, estiagem: crise do agronegócio leva produtores rurais e governadores a Brasília

Queda na renda agita o campo

PÁGINAS 4, 5 E 17

Movimento de agricultores fecha BR-163, em Mato Grosso: protesto se espalhou por dezenas de rodovias no país

cidadania

Internet não cala Rádio do Cidadão

Ao contrário do que se esperava, na era da internet e dos aparelhos celulares, a comunicação de cidadãos comuns por rádio continua atraente. Os objetivos desse serviço são o envio de mensagens de interesse geral ou particular e o auxílio em situações de emergência.

PÁGINA 24

Senado reage à acusação de Evo Morales contra Petrobras

PÁGINAS 12 E 13

Reforma sindical: duas propostas e muita polêmica

PÁGINAS 10 E 11

Comissão propõe medidas para moralizar o Orçamento

A comissão criada para sugerir mudanças na tramitação da proposta orçamentária conclui seus trabalhos nesta quarta-feira. Uma das idéias em estudo é reduzir à metade a composição da Comissão

Mista de Orçamento. Já o ministro do Planejamento anunciou no Congresso que estados e municípios terão que usar o pregão eletrônico nas compras com recursos do Orçamento da União.

PÁGINAS 8 E 9

CPI quer ouvir jornalista e Marcos Valério

Na reta final dos trabalhos, CPI dos Bingos pode ouvir empresário e jornalista de *O Globo*.

PÁGINA 14

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23



Sarney, Renan, Tião Viana, Ellen Gracie e Antonio Carlos Magalhães prestigiam solenidade

J. FREITAS



Equilíbrio nos momentos de crise

Na sessão especial que celebrou os 180 anos de existência do Senado, parlamentares destacam papel da instituição.

PÁGINAS 18 E 23

gendagendaendagenagendaendagendaendagenda

TSE define validade da minirreforma

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve decidir nesta semana se as regras introduzidas pela Lei 11.300/06 (a chamada minirreforma eleitoral) serão ou não aplicáveis às eleições deste ano. Foi o que informou o presidente do tribunal, ministro Marco Aurélio Mello, segundo notícia publicada na página do TSE na internet.

Marco Aurélio observou que a validade ou não das alterações na legislação eleitoral é de responsabilidade do colegiado do tribunal, mas adiantou seu ponto de vista.

– Nós não devemos imaginar a correção do Brasil de forma retroativa, porque quando isso ocorre, não há correção, há retrocesso. Está na Constituição federal, em bom vernáculo, que qualquer modificação normativa do processo eleitoral deve-se fazer com antecedência mínima de um ano, consideradas as eleições – opinou.

Caso não sejam consideradas válidas para a eleição deste ano, e “contribuam para o aprimoramento do processo eleitoral”, as novas regras serão regulamentadas para as eleições de 2008, segundo Marco Aurélio. O aprimoramento a que se referiu foi definido por ele como “a busca de meios, de balizas que impeçam o abuso do poder econômico, impeçam até mesmo a propaganda enganosa”.

– Como seria bom se pudéssemos aplicar às eleições o Código do Consumidor – disse.

Partidos poderão usar imagens externas

Se for validada pelo TSE, a legislação será aplicada com uma mudança – feita por veto do presidente Lula – em relação ao texto aprovado

pelo Congresso. Os partidos políticos poderão apresentar imagens externas no horário eleitoral gratuito que começa em agosto, já que foi vetado, com a alegação de que é preciso garantir a liberdade de expressão dos partidos, o artigo

Tribunal decide esta semana se as novas regras valerão para as eleições de 2006

54 da lei, que visava a diminuir o custo das campanhas. Analistas observam que, com a alteração, o candidato governista poderá usar as imagens das realizações da administração Lula na propaganda eleitoral. A oposição, por sua vez, poderá usar as imagens das sessões das CPIs que têm investigado denúncias de corrupção.

As mudanças na legislação eleitoral foram aprovadas no Congresso em abril, com o objetivo de baratear as campanhas, impedindo, por exemplo, a realização de showmícios.

Presidência



Pela segunda vez, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu interinamente a Presidência da República. Devido à viagem do presidente Lula para participar da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Européia e da América Latina, em Viena (Áustria), Renan assumiu o cargo na quarta-feira, às 23h, pelo período de três dias. Acima, ele recebe o ex-presidente Itamar Franco no Palácio do Planalto. A primeira vez que Renan assumiu interinamente o cargo foi no dia 4 de maio, quando Lula esteve em Puerto Iguazú (Argentina) para um encontro com os presidentes da Argentina, Bolívia e Venezuela, a respeito da quebra de contratos com a Petrobras pela Bolívia.

“Brasil: para um projeto de consenso”

CRISE DO GÁS - No exercício da Presidência da República, Renan Calheiros manifestou-se, na última quinta-feira, sobre o conflito diplomático entre o Brasil e a Bolívia. - Esse é um assunto de Estado, que está sendo conduzido pelo presidente Lula, e eu sou solidário com o que ele pensa.

O professor Hélio Jaguaribe, na companhia dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Jefferson Péres (PDT-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF), entregou na quinta-feira ao presidente interino da República, Renan Calheiros, o documento “Brasil: para um projeto de consenso”, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, que sugere metas e diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Crise – As dificuldades financeiras e estruturais do setor agropecuário brasileiro são tema de audiência com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, governadores de vários estados e produtores rurais.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Banco Central – Em análise as indicações de Mário Magalhães Mesquita e de Paulo Vieira da Cunha para assumir diretorias do BC.

Contingenciamento – Na segunda parte da reunião, projeto que impede o Executivo de contingenciar parte dos recursos previstos pelo Orçamento. **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Osmar Dias (PDT-PR).

10h – INFRA-ESTRUTURA, ASSUNTOS SOCIAIS, ASSUNTOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Varig – A crise da companhia aérea vai ser tema de outra audiência. A empresa tem uma dívida estimada em cerca de R\$ 9 bilhões e quer apoio do governo para evitar a falência. Estão previstas as participações do presidente do BNDES, Demian Fioocca; do secretário de Previ-

dência Complementar, Adacir Reis; do liquidante do fundo da Varig Aerus; do reestruturador empresarial do grupo e do representante dos funcionários da empresa.

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Bolívia versus Petrobras – O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, repercutem os impactos, na economia brasileira, da nacionalização do petróleo, do gás natural e de derivados pela Bolívia.

11h – EDUCAÇÃO

Crimes na informática – Estão na pauta três propostas que tipificam os crimes de informática, definindo as penas. Proíbem também o acesso de terceiros não autorizados ao conteúdo particular mantido em redes de computadores (PLS 76/00, 137/00 e 89/03).

11h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Promoções para clientes antigos – Em pauta, proposta para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor condições oferecidas para adesão de novos consumidores. Assim, por exemplo, antigos clientes de telefonia celular também vão poder usufruir promoções especiais. **Autor:** senadora

Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relator:** senador Aelton Freitas (PL-MG).

14h – COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

Salário mínimo – O reajuste do mínimo é tema de audiência pública. Foram convidados o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, os presidentes da CUT, João Felício; da Força Sindical, Paulo Pereira; da Confederação Nacional de Indústria, Armando Monteiro; da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Manoel José dos Santos; além de representantes de órgãos como o Dieese, entre outros.

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Coréia – O indicado da Presidência da República para assumir a embaixada brasileira na República da Coréia, a diplomata Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, vai ser sabatinada pelos senadores da CRE, que avaliam a nomeação em votação secreta.

Acordos – Compõem ainda a pauta projetos aprovando acordos assinados pelo governo brasileiro, com destaque para a Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional.

Gás e Bolívia – Votação de requerimento para que o assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia seja convidado a discutir a nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia, os possíveis prejuízos à Petrobras e o desabastecimento de gás natural.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Imposto de Renda - O primeiro item que tranca a pauta é o projeto da MP 280/06, que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, aumentando a faixa de isenção aos que recebem até R\$ 1.257,12 ao mês. Além disso, aumenta o prazo para que as empresas devedoras da Receita e do INSS se inscrevam no Refis, o programa de refinanciamento das dívidas tributárias.

Títulos brasileiros - Está em discussão o projeto da MP 281/06, que isenta de CPMF e de Imposto de Renda os rendimentos dos títulos da dívida brasileira comprados por beneficiários residentes no exterior. Ele também tranca os trabalhos do Plenário.

Dinheiro para transportes - A MP 282/06, que libera R\$ 57,5 milhões para obras emergenciais na malha rodoviária federal, e a MP 283/06, que reestrutura carreiras da administração pública, são as outras propostas que trançam a pauta.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas na terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende

do resultado da sessão anterior. Caso as MPs sejam votadas, os senadores podem discutir a proposta de emenda constitucional que obriga o presi-

dente da República a participar das sessões de abertura de cada ano Legislativo (PEC 64/99). Atualmente, o presidente só comparece na sessão de abertura da legislatura, de quatro em quatro anos, para sessão de posse do Congresso recém-eleito. Também pode votar a proposta que aumenta o rol de atividades do jornalista profissional (aquele com diploma do curso e registro no Ministério do Trabalho), incluindo assessores de imprensa, comentaristas, professores, diagramadores, ilustradores, repórteres fotográfico e cinematográfico, narradores, entre outros.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa



PLENÁRIO



Plenário do Senado aprova duas medidas provisórias, mas tem outras quatro bloqueando a pauta

Créditos para ajuda a famílias de baixa renda

O Plenário aprovou duas medidas provisórias que abrem crédito extraordinário no valor de R\$ 970 milhões em favor dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades.

A primeira (MP 278/06) destina R\$ 80 milhões para viabilizar o atendimento às populações vítimas das fortes estiagens ocorridas recentemente em municípios das regiões Sul e Nordeste, e das chuvas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Os recursos destinados ao Minis-

tério da Integração Nacional deverão ser utilizados mediante intervenções de recuperação e reconstrução da infra-estrutura urbana e rural de habitações para pessoas de baixa renda, conforme a justificativa da MP. A medida provisória vai à promulgação.

A segunda MP, aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 8/06), abre crédito em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 890 milhões. Os recursos serão dirigidos para a

execução de obras emergenciais de urbanização em assentamentos precários, erigidos em loteamentos vulneráveis (favelas), que trazem risco de ocorrência de desastres e acidentes. A proposta aprovada viabiliza também a construção de habitações para famílias de baixa renda. Segundo a justificativa do PLV, o déficit habitacional do Brasil está próximo de 7 milhões de unidades.

A matéria recebeu alterações no Senado e volta ao exame da Câmara dos Deputados.

Quatro MPs bloqueiam pauta do Plenário

Foi lida em Plenário na quarta-feira passada a Medida Provisória 283/06, que passa a trancar a pauta de votações, juntamente com outras três MPs. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que os senadores tentarão entrar em acordo para destrancar a agenda até terça-feira.

O relator da MP 283/06 será o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A matéria faz alterações na estrutura e nas atribui-

ções do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e de outros órgãos ligados ao Poder Executivo. Ela acrescenta ainda, na Lei 8.112/90 (que trata dos direitos e deveres do funcionalismo público federal), gratificação para os servidores que ministrarem cursos de capacitação a outros funcionários da administração federal.

Também obstruindo a pauta do Plenário, a MP 280/06 (modificada pelo Projeto de Lei de

Conversão 9/06), que reajusta a tabela do Imposto de Renda, e a MP 281/06, modificada pelo PLV 11/06, que isenta do recolhimento de Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os rendimentos obtidos por investidores estrangeiros em aplicações em títulos públicos federais. Já a MP 282/06 abre crédito extraordinário de R\$ 57,5 milhões para o Ministério dos Transportes.

COMISSÕES

Trabalhador poderá ter vale-hospedagem

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que cria o vale-hospedagem, fornecido pelo empregador, a ser utilizado pelo trabalhador em estabelecimentos nacionais. Segundo a proposição, o vale-hospedagem não tem natureza salarial e não é rendimento tributável.

– A proposição visa reduzir a ociosidade da rede hoteleira e facilitar o acesso de trabalhadores ao serviço de turismo – justificou Pavan.

Também ficou instituído o incentivo fiscal, com dedução como custo operacional, para fins do Imposto de Renda, das despesas realizadas em programas de hospedagem para lazer do trabalhador. A dedução fica limitada, isoladamente, a 4% do lucro tributável, e a 6% quando computados também os incentivos do Programa de Alimentação do Trabalhador e do Programa de Desenvolvimento Agropecu-

ário. O relator do projeto (PLS 488/03), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), apresentou duas emendas, uma para adequar o projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal por causa da renúncia de receita e outra para estabelecer o início da vigência. A matéria vai a exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Recursos para Fundo Geral de Turismo

Também foi aprovado substitutivo de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto (PLS 433/03) de César Borges (PFL-BA) que cria fonte de recursos para o Fundo Geral de Turismo, com recolhimento do aumento das tarifas de embarque internacional, concedido em 1997, e do seu correspondente adicional tarifário.

Emenda de Tasso Jereissati (PSDB-CE) destina 60% dos recursos para áreas das extintas Sudene e Sudam, e 40% às demais regiões.

Embaixador brasileiro na Bolívia deve falar sobre crise do gás

O embaixador do Brasil na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, deverá falar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a decisão do governo boliviano de nacionalizar a exploração de gás e de petróleo. Requerimento nesse sentido, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi aprovado na quinta-feira.

Para debater o mesmo assunto, a comissão marcou para terça-feira audiência com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e com o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli. *(Leia mais sobre o tema nas páginas 12 e 13).*

A CRE aprovou ainda projeto de decreto legislativo (PDS 202/06) que estabelece acordo de cooperação policial entre Brasil

e Uruguai, relatado por Pedro Simon (PMDB-RS).

Acordo sobre assistência judiciária mútua em matéria penal entre Brasil e China (PDC 1.158/05), cujo relator foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), também obteve aprovação. Foi acolhido ainda texto do tratado de extradição (PDC 201/06) entre Brasil e República Dominicana.

Com relatório de Marco Maciel (PFL-PE), a CRE deliberou sobre contrato de cooperação entre os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate à Aids.

Acordo de cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior entre Brasil e Ucrânia (PDC 1.064/01), relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT), também foi aprovado.

Varig vai a leilão em 60 dias

Reunidos em assembléia, os credores da Varig aprovaram na semana passada proposta com dois modelos para o leilão de venda da companhia. Tanto um como outro prevêem a divisão da companhia em duas e o leilão de uma das partes, dentro de 60 dias. Pelo que foi negociado entre a consultoria Alvarez & Marsal, que atualmente administra a empresa aérea, e o TGV (Trabalhadores do Grupo Varig), os investidores poderão decidir qual parte preferem comprar da empresa.

A assembléia, originalmente marcada para segunda-feira, foi transferida para terça-feira, causando o cancelamento de uma audiência pública para debater a crise da Varig, organizada por quatro comissões permanentes do Senado.

No leilão, a ser realizado em julho, os interessados poderão apresentar proposta para a compra da Varig Operações (com linhas nacionais e internacionais, mas excluídas dívidas estimadas em R\$ 7 bilhões). O preço mínimo é de US\$ 860 milhões. Caso esse valor não seja

alcançado, os interessados poderão no mesmo dia apresentar propostas de compra da Varig Regional, que engloba somente as rotas domésticas da companhia aérea. As dívidas da empresa permaneceriam com a Varig Internacional e o dinheiro arrecadado com o leilão poderá ser utilizado para pagar parte desses débitos.

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pelo menos 27 empresas estão habilitadas a entrar no leilão, inclusive companhias estrangeiras, desde que atendam ao limite de 20% de participação, fixado pela legislação que regulamenta o setor aéreo.

Os credores rejeitaram proposta do consultor Jayme Toscano, que se dizia representante de investidores europeus que ofereceram cerca de US\$ 1,9 bilhão pela companhia inteira.

Na aprovação da proposta pelos credores, ficou determinado que o programa Smiles de fidelização de clientes, com 6 milhões de filiados, deverá ser mantido pelos compradores da companhia.

Indústria calçadista pede socorro

A política cambial do Brasil está afetando as exportações, o que poderá gerar desemprego, especialmente na indústria calçadista gaúcha, alertou Pedro Simon (PMDB-RS). A afirmação foi feita durante a audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizada na quarta-feira, que discutiu o tema “Juros altos, setor exportador e câmbio”.

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, presente ao evento, também compartilha da opinião de que a política econômica – com a supervalorização da moeda brasileira – prejudica as exportações e descapitaliza os empresários. Para Rigotto, a política cambial afeta setores como o coureiro-



Para Simon, falta sensibilidade e interesse ao governo federal para enfrentar o problema

calçadista, o de máquinas e implementos e o moveleiro.

Segundo o governador, o Rio Grande do Sul responde por 60% do total de calçados exportados pelo Brasil e produz 60% das máquinas e implementos.

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a importância da mobilização para evitar a demissão de trabalhadores da indústria calçadista gaú-

cha, que, de acordo com informações do governo estadual, pode chegar a mais de 20 mil desempregados este ano.

Para Simon, “falta sensibilidade, interesse e inteligência” ao governo federal para enfrentar o problema.

– O presidente da República não pode administrar de costas para a nação – protestou o parlamentar.

CRISE NO CAMPO Descasamento entre custo de produção e preços das *commodities* desestabiliza o agronegócio

Perda de renda mobiliza agricultores



Quando a conta não fecha, a inadimplência se alastra como um rastilho na pólvora seca.

Esse diagnóstico aparentemente simples, bem à moda do interior brasileiro, resume o que é apontado pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, como a pior crise do agronegócio na história recente do país. O descasamento entre o custo de produção e os preços médios pagos ao produtor gerou nos dois últimos anos uma perda de renda estimada pelas entidades do setor da ordem de R\$ 30 bilhões.

A pior situação é a da soja, principal *commodity* agrícola da pauta brasileira, afetada diretamente pela queda dos preços internacionais, o câmbio deprimido e a forte estiagem em algumas regiões. Rodrigues costuma comparar as taxas de câmbio para evidenciar a perda para o bolso do produtor. "Plantamos a safra, comprando insumos a R\$ 2,60, e estamos colhendo a R\$ 2,10", repete o ministro sempre que pode, para apontar os efeitos desastrosos da sobrevalorização do real. No balanço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, só escaparam da crise os produtores de açúcar e álcool, de cítricos e os cafeicultores.

- A crise é muito maior do que o governo está avaliando e já permeou outros setores da sociedade - alerta o senador Osmar Dias (PDT-PR), que foi secretário de Agricultura em seu estado por quase oito anos, antes de assumir cadeira no Senado, em 1995. O baque foi direto sobre municípios e estados que dependem do agronegócio. Pesquisa da Federação da Agricultura do Paraná, segundo o senador, aponta que a venda no comércio caiu até agora 21% em relação ao mesmo período de 2005. As demissões se avolumam. Os dados que chegaram ao senador indicam que as indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas já dispensaram 7 mil funcionários no Rio Grande do Sul e quase 2 mil no Paraná. O setor madeireiro paranaense de florestas plantadas, acrescenta ele, demitiu cerca de 5 mil empregados.

Em Mato Grosso, onde predomina o plantio de soja, o decréscimo de renda dos produtores atingiu em cheio os cofres estaduais. Conforme dados do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), extensionista e veterinário de formação, o governo mato-grossense arrecadou no primeiro trimestre deste ano 30% menos que em igual período do ano passado. Finalizou o trimestre com um déficit de R\$ 94 milhões em suas contas. Para exemplificar, Jonas citou a agência da Caixa Econômica Federal em Primavera do Leste, um dos principais centros produtores de soja naquele estado, que pagou



Agricultores promoveram dezenas de bloqueios rodoviários, como o da BR-163, principal via de acesso ao norte de Mato Grosso

16 mil seguros-desemprego, o que representa quase 20% dos postos oferecidos na região.

Nos pequenos municípios, o desemprego chega a proporções dramáticas. Em Campos de Júlio, no norte mato-grossense, o segundo município a aderir ao movimento dos produtores rurais, batizado de Grito do Ipiranga - em homenagem a Ipiranga - em homenagem a Ipiranga do Norte, onde se originou -, cerca de 1,2 mil dos seus 6 mil habitantes perderam o emprego, pelas contas do prefeito José Odil da Silva, que na semana passada estava em Brasília à procura de ajuda. Odil, que é sojicultor, diz que os produtores não conseguem comercializar a safra e estão atolados em dívidas e dispostos a não plantar em 2006.

Os bloqueios em estradas e ferrovias alastraram-se pelo país. Conforme o vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja), Rui Carlos Prado, foram contabilizados 47 bloqueios em estradas, envolvendo 67 dos 160 municípios do estado. A mobilização, informou ele, já atinge dez estados. Só em Mato Grosso do Sul, afirma Prado, foram 40 bloqueios, e no Paraná houve fila de caminhões de mais de cem quilômetros na estrada de acesso ao porto de Paranaguá. Os produtores não devem só aos bancos. Prado observa que eles estão pendurados principalmente junto a fornecedores de insumos. Mas devem também a postos de gasolina, supermercados, farmácias, escolas e lojas.

O efeito maior da crise, para Dias, será na safra 2006/2007, com retração da área plantada, queda na produção e no abastecimento, elevação de preços com rebate na inflação e diminuição das exportações. "A economia do interior está paralisando. O governo vai sentir o reflexo na campanha eleitoral", prevê ele.

Diagnóstico da crise

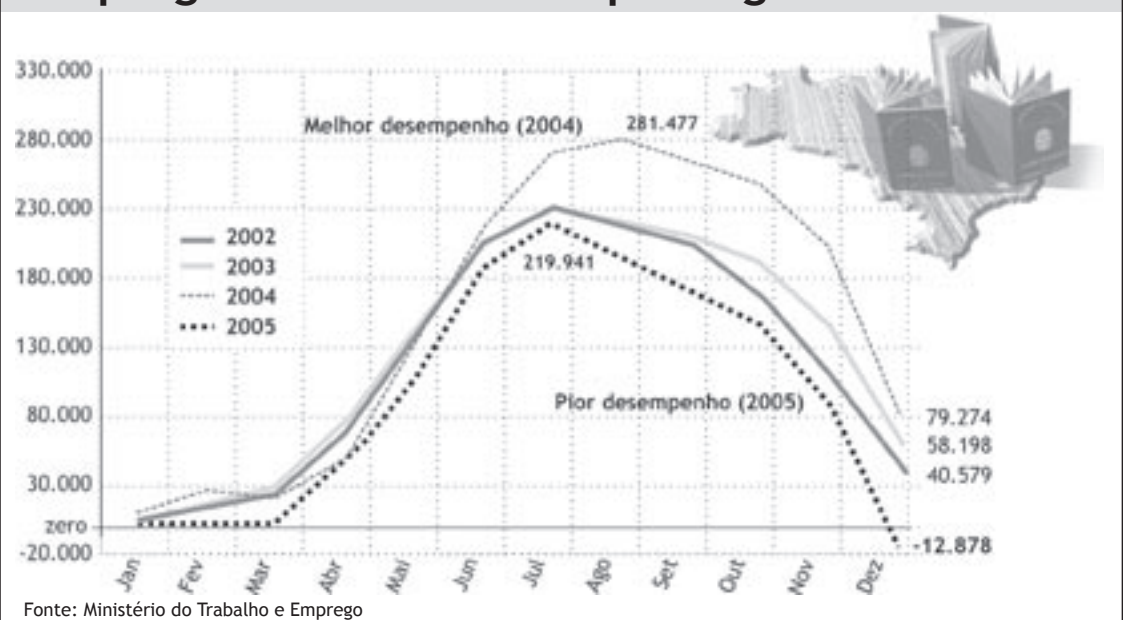
Prejuízos na comercialização

(R\$/unidade)

PRODUTO	CUSTO DE PRODUÇÃO	PREÇO DE MERCADO	PREJUÍZOS
Algodão	61,53	44,46	-17,07
Arroz irrigado	30,08	20,87	-9,21
Trigo	39,31	19,43	-19,88
Soja	29,13	23,43	-5,7
Milho	16,28	12,81	-3,47

Fontes: Faeg, Famato, Irga e Conab

Empregos diretos criados pela agricultura



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Emprego no setor cresceu até 2004, mas em 2005 demissões superaram contratações

Prorrogação de dívida lidera reivindicações

Entre as reivindicações dos produtores rurais, organizados no movimento denominado Grito do Ipiranga, constam pedidos que vão da desoneração dos insumos à liberação dos transgênicos e dos genéricos para agrotóxicos.

Focados na diminuição do custo da produção para reconquistar competitividade, principalmente diante da concorrência argentina, os pleitos são encabeçados pela solicitação de renegociar os financiamentos. No pacote agrícola de abril, o governo prorrogou por até 12 meses os vencimentos de dívidas da safra 2004/2005.

Duas resoluções do Banco Central operacionalizaram a decisão, que deixou de fora pagamentos da safra 2005/2006.

Com isso, os produtores reclamam que alguns vencimentos se encavalaram este ano e que não há condições de liquidação dos empréstimos. Para superar a crise, eles chegam a pedir medidas impossíveis de serem atendidas, como a adoção de câmbio diferenciado para exportações do setor. "A pauta tem que ser realista", aconselha Osmar Dias.

Outro anseio em que o governo já colocou uma pá de cal é o de refinar dívidas securitiza-

das no governo Fernando Henrique. O impacto sobre o Tesouro resultaria em nova anistia fiscal, que puniria os que pagam em dia seus compromissos.

Parlamentares governistas denunciavam campanhas no interior induzindo produtores a não honrarem as dívidas, sob a alegação de que os prazos seriam renegociados. Resultado: muitos foram parar na dívida ativa da União. Segundo a Comissão de Agricultura da Câmara, mais de 35 mil das 65 mil operações em atraso foram inscritas no Cadim e os mutuários não podem ter acesso a novos empréstimos.

CRISE NO CAMPO Manifestações envolvem de governadores a produtores e trabalhadores rurais do Grito da Terra

Setor promete grande marcha sobre Brasília na terça-feira



Responsável nas estatísticas oficiais por 33% da geração de riquezas no país, o agronegócio marchará com boa parte dos seus representantes pela Esplanada dos Ministérios nesta semana. Diferente de outros anos, o agravamento da crise do setor leva produtores ao Congresso e aos ministérios, manifestantes do Grito da Terra, trabalhadores rurais e agricultores familiares, em seu périplo anual. Só que desta vez eles contam com as ações de um grupo novo, o dos governadores de estados agropecuários, em busca de apoio para driblar a crise e encontrar soluções em ano eleitoral.

Essa mobilização, sem precedentes, registrará em um único dia, nesta terça-feira, desde passeatas pela Esplanada e iniciativas no Congresso, como seminário e reuniões, até encontro dos governadores – provavelmente dez e dois vice-governadores, segundo o coordenador do evento, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi – com o presidente da República, à tarde. “Essa presença dos governadores dará força significativa ao movimento”, avalia Osmar Dias, que atribui a amplitude do movimento à dimensão da crise, à proximidade

Congresso, governadores e produtores discutem saídas

As alternativas para enfrentar a crise, inclusive nas áreas tributária e cambial, devem ser debatidas em um seminário no Senado, nesta terça-feira, que terá duas rodadas. Na primeira será apresentado estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a participação de economistas de renome no agronegócio, como Guilherme Dias, ex-secretário de política agrícola no governo Fernando Henrique, Paulo Rabelo de Castro e Fernando Homem de Mello. Em seguida, será a vez do ministro da Agricultura e dos governadores discutirem saídas para a crise, com participação dos parlamentares e dos produtores. Esses debates nortearão a pauta a ser apresentada à tarde ao presidente Lula pelos governadores.

Também pela manhã, haverá manifestações dos participantes do Grito da Terra na Esplanada. Na hora do almoço, os governadores deverão ter um encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários para avaliar a possibilidade de derrubada do veto presidencial que ampliou o

das eleições e à incapacidade do governo em dar respostas.

Como o pacote agrícola anunciado em abril pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, resultou em poucas ações concretas, conforme entidades do setor, o governo buscou divulgar medidas na semana passada, como a liberação de R\$ 1 bilhão para comercialização de soja e R\$ 408 milhões para compras oficiais (AGF), metade de agricultores familiares, para tentar apaziguar os ânimos na Esplanada e no campo, onde pipocam bloqueios de estradas e ferrovias.

O que ocorre, segundo Jonas Pinheiro, é que o governo pouco pode fazer para reduzir o endividamento do setor. Essa crise possui uma característica diferenciada, na avaliação dos dois senadores ligados à agropecuária. A maior parte das dívidas foi contraída junto a fornecedores de insumos. Para exemplificar, Jonas informa que só a Monsanto possui cerca de US\$ 1 bilhão em produtos financiados aos agricultores. Além disso, eles estão pendurados em postos de gasolina e em outros estabelecimentos comerciais. Portanto, “a crise também é da indústria e do comércio”, resume Jonas. Só em Mato Grosso, ele calcula que 58% do endividamento são com o setor privado.

quórum exigido para aprovação da comercialização de transgênicos pela Comissão Técnica de Biossegurança. O encontro deve ser na liderança do PMDB com o relator da Lei de Biossegurança, Ney Suassuna (PMDB-PB).

A audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara, para a qual foram convocados os ministros da Agricultura; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; e do Desenvolvimento Agrário foi adiada. Mas os deputados poderão ainda votar na terça-feira o relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) à MP 285/06, que estabelece novas condições de renegociação de dívidas dos produtores nordestinos e os do semi-árido mineiro e do vale do Jequitinhonha.

Com um extenso documento, contendo reivindicações semelhantes às dos produtores comerciais, os agricultores familiares devem permanecer mais tempo na Esplanada. Haverá manifestações durante três dias na frente de diversos ministérios, além do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto.



Segundo Osmar e Jonas, os produtores devem aos fornecedores de insumos, o que diferencia essa crise



Medida do governo favorece sojicultor

Com um lance tímido para desarmar a mobilização do campo e voltado para apoiar o sojicultor que ainda não vendeu sua safra, o governo divulgou na sexta-feira a decisão de que aplicará R\$ 1 bilhão para subvencionar as compras de soja feitas pelas indústrias, cooperativas e comércio. Para tanto, editará medida provisória para abertura de crédito extraordinário ao Orçamento deste ano, que deve ser sancionado esta semana.

Os produtores esperavam medidas capazes de amenizar a crise não só da soja. Tanto na coletiva à imprensa quanto no encontro que manteve com representantes de Mato Grosso, entre eles Jonas Pinheiro e Serys Shessarenko (PT), o ministro Roberto Rodrigues acenou com a antecipação para 25 de maio do Plano de Safra 2006/2007, quando serão anunciadas “medidas estruturantes” para reduzir custos do setor, provavelmente nas áreas tributária e de logística.

Jonas advertiu o governo que os pequenos produtores de MT já entregaram sua soja às *tradings* e não serão beneficiados. “A medida vai favorecer os mais capitalizados, que conseguiram reter o produto”, avaliou. Pelos números do governo,

os recursos poderão viabilizar a comercialização de 15 a 20 milhões de toneladas do total de 30 milhões ainda não vendidas.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reconheceu que o governo poderia ter agido com maior rapidez diante da gravidade da crise rural, como defendeu Rodrigues. Ele descartou qualquer alteração na política cambial e explicou que os recursos para comercialização serão empenhados este ano, com desembolso em 2007.

O instrumento para recuperar os preços aos sojicultores será o leilão de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop). O primeiro ocorrerá no próximo dia 23, para 2 milhões de toneladas. Por esse

mecanismo, o governo faz uma espécie de parceria com os compradores de produtos agrícolas, comprometendo-se a subsidiar a diferença entre o preço pago ao produtor e o seu custo.

O governo deve subsidiar de R\$ 1,50 a R\$ 6 por saca de soja, dependendo da região. Os que arremataram os Props lançam, também em leilão, contratos de opção de venda aos produtores, que podem exercer esse direito na data de vencimento se o preço de mercado estiver abaixo do estipulado no contrato. Esse mecanismo de sustentação de preço também deverá ser usado para o milho, com leilão para 150 mil toneladas previsto para esta quinta-feira, dia 18.



Medidas anunciadas pelo governo frustraram os produtores, que devem continuar com bloqueios em estradas e mobilização em Brasília

Segue renegociação de dívidas do Nordeste

Editada para substituir o projeto de lei de ampla renegociação das dívidas rurais do Nordeste, que acabou vetado pelo presidente Lula, a MP 285/06 não obteve acordo e sua votação ficou adiada para esta terça-feira. O deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) ainda não encaminhou seu relatório sobre as 104 emendas apresentadas ao texto do Executivo.

A reunião com a bancada ruralista, que ocorreria na última quinta-feira, foi remarcada para esta terça-feira, exatamente no dia da maior mobilização de produtores, trabalhadores

rurais e governadores de estados agropecuários. Segundo o assessor especial do Ministério da Fazenda, Gerardo Fontelles, o governo já avisou que não aceita incluir na MP o refinanciamento das dívidas securitizadas e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa).

Mas a Fazenda está disposta a negociar o enquadramento de empréstimos que usaram várias fontes, como do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Fontelles explica que haveria uma transferência dessas contas para o Fundo Constitucional

de Financiamento do Nordeste (FNE), cujos empréstimos estão sendo renegociados na MP.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) já avaliou que a medida, voltada para médios, pequenos e miniprodutores, não ajudará o setor a sair da inadimplência. Mas a entidade prefere negociar o mérito do projeto no Senado. No entanto, há várias emendas na Câmara que restabelecem o texto do projeto (PLC 142) do deputado Nélio Dias (PP-RN), considerado inaceitável pelo governo. Fontelles diz que o projeto “quebraria o FNE”.

CÉLIO AZEVEDO

ROOSEVELT PINHEIRO

JJ CAJU/DIÁRIO DE CUIABÁ

COMISSÕES

Comissão condena racismo na internet

Os responsáveis por crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional cometidos por meio da internet ou de qualquer outra rede de computadores destinada ao acesso público poderão ser condenados à pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. É o que determina substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado na semana passada na Comissão de Educação (CE).

O projeto será ainda examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta última em decisão terminativa.

Na justificativa da proposta, Paim lembra que a internet tornou-se um veiculador de infor-

mações de caráter racista, sem que haja, na legislação, previsão de punição para os responsáveis. Na opinião do parlamentar, quem divulga mensagens que induzam ou incitem esse tipo de discriminação ou preconceito deve ser punido da mesma forma que quem pratica diretamente tais crimes.

Quem divulgar mensagens racistas na internet pode parar na prisão

– Punir o crime de racismo na internet torna-se necessário pelas mesmas razões pelas quais deve ser punido o racismo de quem obriga um negro a usar a porta de serviço, de quem coloca uma bomba numa sinagoga ou de quem nega emprego a outrem em função de sua etnia, credo ou origem – defendeu o parlamentar gaúcho.

O projeto original de Paulo Paim (PLS 337/03) instituiu uma lei específica para tipificar os crimes de preconceito

pela internet. No substitutivo aprovado, no entanto, Valadares introduziu o dispositivo na própria Lei 7.716/89, que define os crimes de preconceito de raça ou de cor.

– Não se mostra necessária a criação de novo tipo penal. Mas é pertinente aperfeiçoar o texto da norma vigente, de forma a não deixar dúvidas quanto à sua aplicabilidade em relação aos atos de discriminação praticados por meio da internet ou de qualquer outra rede de computadores de acesso público – explicou Valadares.

Paim considerou que o substitutivo melhorou a proposta inicial. Já o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) argumentou que o projeto é uma forma de superar a situação de ofensa por que passam as pessoas perseguidas por questões que envolvem preconceito.

A CE aprovou ainda oito projetos de decreto legislativo autorizando serviços de radiodifusão.



Heloisa Helena e Paulo Paim participam da audiência pública realizada semana passada em Salvador

Paim: êxito de nova política para o mínimo depende de mobilização

Na audiência pública realizada em Salvador pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) apelou para que sindicatos e organizações sociais permaneçam mobilizados para pressionar o Congresso a definir uma nova e avançada política para o mínimo, que garanta a recuperação dos ganhos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas da Previdência Social.

– Quem mais se mobiliza, leva. E quem está organizado no país é o grande capital, e não os trabalhadores e os aposentados – destacou Paim no plenário da Câmara dos Vereadores, durante a terceira audiência realizada pela comissão em outras capitais.

A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) classificou de “farsa” os argumentos de que a fragilidade das contas da Previdência impediria um aumento mais rápido do salário mínimo. Como as aposentadorias e pensões até 1,5 salário mínimo são atreladas ao aumento do menor salário legal do país, a tese é de que o

reajuste deve ser limitado ao que a Previdência pode suportar, para não quebrar.

– Essa tese é uma farsa técnica e uma fraude política. A Previdência é superavitária – afirmou.

Valorizar o mínimo é consenso. Mas como?

A audiência revelou consenso em torno de uma idéia básica: uma política de valorização do salário mínimo e das aposentadorias e pensões será um instrumento eficaz para a distribuição de renda no país. No entanto, os trabalhadores querem que essa política garanta ganhos acima da produtividade do trabalho e da variação do produto interno bruto (PIB).

Já os representantes patronais mostraram receio de impactos não somente sobre a Previdência, mas também na folha salarial das prefeituras de regiões mais pobres e das empresas de setores menos rentáveis.

O presidente da Federação do Comércio da Bahia, Carlos Amaral, lembrou as desigualdades do

país para justificar sua opinião contra um salário mínimo unificado, sob o argumento de que municípios muito pobres não teriam condições de arcar com a folha.

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Emanuel Souza, defendeu uma política que garanta ao salário mínimo mais do que a produtividade do trabalho e o aumento do PIB. Como argumentou, o grande crescimento da economia nos últimos 50 anos não foi transmitido aos trabalhadores.

– É natural que os trabalhadores queiram agora a recuperação desse passivo – defendeu.

Um tributo sobre as grandes fortunas foi defendido pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores na Bahia, Everaldo Augusto. A CUT, segundo ele, defende a taxação, numa única vez, de um percentual de 1,5% sobre todo patrimônio pessoal acima de 8 mil salários mínimos (R\$ 2,4 milhões), assegurando recursos para aumentos reais anuais de 8,9% para o salário mínimo.

Pescador recebe seguro para sobreviver no defeso

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou parecer favorável a projeto de lei que determina o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal no primeiro dia do defeso – período de reprodução das espécies aquáticas, no qual é proibida a pesca predatória. O PLS 199/05, do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), agora será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que leu o relatório da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), destacou que pescadores artesanais, em sua grande maioria, são pessoas humildes, e, para não passarem por dificuldades financeiras enquanto não recebem o seguro-desemprego, fazem empréstimos ou continuam a pescar, desrespeitando o defeso e causando prejuízos ambientais.

Além de beneficiar os pescadores com o pagamento mensal logo no início do período de defeso, disse Serys, o projeto ainda constitui instrumento importante



Leonel Pavan é autor do projeto que beneficia os pescadores artesanais

para a proteção do meio ambiente, uma vez que os pescadores terão condições de respeitar o período de defeso.

João Ribeiro (PL-TO) reforçou argumentando que o apoio que o governo dá aos pescadores durante o período de desova dos peixes serve para evitar a degradação do ambiente e evitar a pesca predatória. Ele comentou que os pescadores, sem ajuda, continuavam a pescar por uma questão de sobrevivência e avaliou que o projeto, se transformado em lei, vai melhorar a vida desses trabalhadores.

Conselho quer construir pacto pela educação

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, quer discutir com representantes da sociedade a construção de um pacto social para melhorar a qualidade da educação no país. A proposta foi feita pelo conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, ao apresentar e aprovar relatório pela continuidade dos estudos a respeito da viabilidade da implantação de legenda em programas infantis.

A sugestão para discutir o tema partiu do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que solicitou ao conselho um parecer sobre a questão. Geraldo Pereira, representante dos profissionais de cinema e vídeo, consultou alguns especialistas do setor, mas afirmou que assunto dessa importância tem de ser discu-

tido com todos os segmentos envolvidos. Ele sugeriu o aprofundamento da questão com representantes dos ministérios da Educação, da Cultura e das Comunicações, além de integrantes de organizações sociais, empresários do setor, educadores, produtores de conteúdo e técnicos especializados.

– É fundamental e decisiva a participação de representantes desses setores na busca da construção de uma espécie de pacto social que ultrapasse os limites e conflitos da obrigatoriedade legal. Tal compromisso social teria o objetivo de contribuir especificamente, como em outras nações, para a redução gradativa dos índices negativos do conjunto da formação educacional no Brasil – explicou Geraldo Pereira.

Marco regulatório de comunicação em debate

A Comissão do Marco Regulatório, que funciona no âmbito do Conselho de Comunicação Social, está aberta para receber propostas de entidades e associações do setor. A iniciativa do convite foi de Paulo Tonet Camargo, representante das empresas da imprensa escrita. Ele ressaltou que as sugestões vão contribuir para a elaboração de estudo sobre o tema a ser preparado pela comissão.

A peça servirá como base para a elaboração da nova lei da comunicação social, que incluirá pontos como o estabelecimento, pela União,

dos novos limites legais aos serviços de informática, telecomunicações e radiodifusão, em razão da convergência tecnológica. Num primeiro momento, informou Camargo, a comissão está trabalhando com a ordenação dos conceitos.

– O conceito do que seria comunicação social, radiodifusão e telecomunicações é uma enorme discussão e temos recebido uma série de manifestações e estudos. Estamos coletando as contribuições que já foram apresentadas para começarmos a produzir uma minuta a ser discutida – explicou ele.

COMISSÕES

Aprovadas duas indicações para o STJ

Dois nomes indicados pela Presidência da República para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram aprovados, em votação secreta, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Humberto Eustáquio Soares Martins deverá ocupar vaga decorrente da aposentadoria do ministro Domingos Franciulli Neto, e Massami Uyeda substituirá o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que também está se aposentando. As duas indicações serão ainda votadas no Plenário.

Humberto Eustáquio, nascido em 1956 na cidade de Maceió, é formado em Direito e em Administração de Empresas, e tem vários livros e artigos publicados. Hoje o magistrado atua como desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, é vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral daquele estado e dá aulas na Universidade Federal de Alagoas e na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil-AL.

– A trilha profissional do desembargador Humberto Eustáquio Soares Martins congrega variada e fecunda obra, tanto na magistratura como na advocacia, no Ministério Público



Os indicados Uyeda (E) e Eustáquio (D) ladeiam Antonio Carlos e o deputado ACM Neto, na CCJ

e na produção jurídico-literária – disse o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relator do parecer favorável à indicação.

Aos senadores, Humberto Eustáquio afirmou que defende uma Justiça rápida e qualificada para todos, bem como a existência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois, segundo ele, “todos

os Poderes, até mesmo o Judiciário, precisam ser fiscalizados”.

Paulista de Lins é o segundo indicado

O outro candidato, Massami Uyeda, nasceu em 1942, na cidade paulista de Lins. Ele é graduado em Direito, com especialização, mestrado e doutorado na área e leciona em cursos de

graduação e pós-graduação. É desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo desde dezembro de 2004 e passou à 11ª Câmara Criminal daquela corte a partir de fevereiro de 2005.

Em seu parecer, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou que Uyeda apresenta-se também “com notável experiência no mundo jurídico, quer

da perspectiva prática, quer da teórica”.

Em sua exposição, Massami destacou que uma das suas maiores preocupações é com a demora da prestação jurisdicional.

– Um processo que leva 15 anos para chegar a um resultado demonstra a negação da Justiça, assim como um processo criminal que manda um semelhante nosso para a cadeia, sem conseguir recuperá-lo, está falido – salientou Massami.

A indicação dos dois magistrados foi elogiada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que solicitou aos candidatos que falassem sobre o sistema carcerário brasileiro. Massami Uyeda afirmou que é preciso assegurar a ressocialização dos presos. Já Humberto Eustáquio defendeu melhores condições de trabalho e garantias à dignidade humana dentro dos presídios.

Também sobre o assunto, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) observou que a ressocialização dos presos só é possível com trabalho digno, “mas o trabalho oferecido nas cadeias brasileiras é tão inadequado, que se tornou uma vergonha”.

Pirataria no audiovisual será discutida em audiência

A Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação (CE), vai realizar nesta quarta-feira audiência pública para tratar da pirataria na indústria do audiovisual. O requerimento aprovado, dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS), prevê a realização de várias audiências públicas para discutir o tema com todos os setores envolvidos na questão.

Segundo Paim, as reuniões são muito importantes, pois trata-se de um “tema que preocupa toda a sociedade”. Marco Maciel (PFL-PE) destacou que

a pirataria vem prejudicando o país e Flávio Arns (PT-PR), presidente da subcomissão, afirmou que as audiências vão ajudar no encaminhamento de soluções para o problema.

A comissão também aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 23/06) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que autoriza o Poder Executivo a criar *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá (Unifap) nos municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá, para cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem, entre outros.

Subcomissão deve incluir música em suas atribuições

Em reunião informal com representantes de classe ligados à música, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, informou que nos próximos dias encaminhará requerimento à Comissão de Educação (CE) propondo a inclusão da música entre os temas abrangidos pela subcomissão.

Para o senador, cujo pai é um dos críticos musicais mais respeitados dos últimos 50 anos, a música popular está entre as mais destacadas realizações da cultura brasileira.

– Tomara que amanhã venhamos a nos orgulhar da produção da nossa indústria, como já nos orgulhamos da nossa música

– disse ele, acrescentando que a inclusão da música como matéria da subcomissão permitirá aprofundar o assunto e reunir o que está tramitando no Congresso sobre a questão.

Cabral revelou estar confiante na aprovação do requerimento antes do dia 31, quando a subcomissão realizará audiência pública para debater a proposta. A expectativa, informou o senador, é que nesse encontro o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música também apresente uma pauta de debates para a audiência pública, incluindo alguns pontos críticos do setor, como mercado exterior, divulgação, espaços para apresentação e público, valorização do músico, inclusão social e educação musical.

“Planos de saúde não pagam ao SUS”

De um montante de R\$ 431 milhões devidos por empresas do setor de saúde complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), por atendimento a pacientes cobertos por seus planos, pouco mais de R\$ 73 milhões foram recuperados nos últimos anos. A informação foi prestada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) pelo procurador-chefe da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Eduardo Marcelo de Lima Sales, que teve seu nome aprovado pela comissão para integrar agora a diretoria do órgão. A decisão ainda vai a Plenário.

Durante a sabatina, Lima Sales informou que os dirigentes dos planos ainda questionam o ressarcimento das despesas ao SUS, mesmo depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) indicou existir base legal para essa cobrança pelo SUS, em decisão cautelar a favor da Confederação Nacional da Saúde, em ação direta de inconstitucionalidade. O procurador-chefe esclareceu que as empresas vêm conseguindo sustar os pagamentos com ações junto às varas da Justiça Federal, mantendo os valores correspondentes em depósitos judiciais.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PR) foi o relator da mensagem do Executivo com a indicação do novo diretor da ANS, aprovada por 15 votos favoráveis e 1 contra. Ao justificar o parecer favorável, ele destacou que o indicado conjuga conhecimento e prática jurídica, o que capacitaria Lima Sales a contrapor a compreensão das leis



Lima Sales, procurador-chefe da Agência Nacional de Saúde Suplementar, teve seu nome aprovado para a diretoria do órgão

às demandas apresentadas pela realidade.

A ANS regulamenta as operações do setor de saúde complementar, onde atuam empresas de planos e seguros de saúde. Lima Sales disse que esse mercado movimenta por ano cerca de R\$ 38 bilhões, contando com 42 milhões de consumidores associados. Em 2000, ano de criação da agência, havia 37 milhões de usuários no sistema. A partir dessa data ocorreram fusões e desativação de mais de 2 mil planos deficitários.

– Esse crescimento demonstra que a regulação não intimidou o mercado. Ao contrário, trouxe clareza e regras que viabilizam os investimentos – comentou.

Durante a sabatina, o senador Flávio Arns (PT-PR) declarou-se favorável ao ressarcimento

de despesas ao SUS quando o paciente possui plano de saúde. Augusto Botelho (PDT-RR) cobrou esclarecimentos sobre o envio ao Ministério da Saúde, por parte dos planos, de informações sobre quais as doenças e causas de morte de associados aos planos privados.

Audiência pública para debater o FGTS

A CAS aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para discutir, em audiência pública, problemas relativos à redução do patrimônio do fundo e à baixa rentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a outros ativos financeiros, até mesmo da caderneta de poupança. Serão convidados o presidente do Conselho Curador do Fundo e a presidente da Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS, além de representantes de trabalhadores e da área patronal.

Setor de saúde complementar movimentou R\$ 38 bilhões no ano passado

ORÇAMENTO Senadores pedem rigor na punição dos envolvidos com desvio de recursos de emendas parlamentares



O empresário Luiz Antônio Vedoin (D), apontado pela PF como chefe do esquema dos sanguessugas

Simon quer “Operação Mãos Limpas” no país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs, em discurso no Plenário, que a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal instalem um processo no estilo da operação “Mãos Limpas” – que desbaratou a máfia na Itália –, para investigar, combater e punir os responsáveis pelas fraudes na compra superfaturada de ambulâncias, com recursos da União, destinadas às prefeituras.

Simon disse que sempre foi e é um ardoroso defensor das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), mas observou que, a esta

altura, o Congresso está desmoralizado para investigar esse fato, na medida em que, de acordo com as denúncias, a maioria dos envolvidos é formada por parlamentares.

Ele propõe que se forme uma comissão a partir da atuação da Procuradoria Geral e da Polícia Federal para investigar o caso. Simon fez um apelo ao senador José Sarney (PMDB-AP) para que use sua influência e prestígio na Casa e converse sobre o assunto com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com as lideranças partidárias.

O senador avaliou que o momento pelo qual o país passa é muito grave, pois se soma aos vários casos de corrupção a crise no relacionamento entre Brasil e Bolívia na questão do fornecimento de gás. Ele elogiou a Petrobras, afirmando que a empresa “é exemplo de trabalho e luta”, e disse que o Brasil não merece ser visto como imperialista por alguns países.

Simon sugeriu o nome de Sarney para buscar um entendimento com pessoas de renome nacional, com o objetivo de encontrar uma saída para a crise do país.

Corregedoria acompanha investigações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou ao corregedor-geral, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que acompanhe as investigações da Polícia Federal na chamada Operação Sanguessuga, que apura desvios de recursos do Orçamento da União, na compra de ambulâncias, e o possível envolvimento de parlamentares no

esquema de corrupção. O senador Renan Calheiros explicou que somente a partir dessas apurações será possível tomar as medidas cabíveis ao caso.

Os jornalistas também perguntaram ao presidente se ele recebeu a lista apresentada por Maria da Penha Lino, ex-funcionária do Ministério da Saúde, contendo

os nomes dos 81 parlamentares suspeitos de se beneficiarem de licitações fraudulentas na compra de ambulâncias. Renan respondeu que recebeu e a enviou para a Corregedoria do Senado, à qual cabe providências nesse assunto.

– Recebi, não li e mandei para a Corregedoria. Não concordo com prejulgamentos – afirmou.

Jefferson e Cristovam pregam moralização

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) defende a adoção de medidas enérgicas para a moralização do Orçamento. Segundo o parlamentar amazonense, a Operação Sanguessuga indica a necessidade do fim das emendas individuais e de se adotar o orçamento impositivo.

– É deprimente tudo isso. Dinheiro entrando de forma clandestina no Congresso, dentro de cuecas. Se não fizermos algo, esse Congresso cairá de podre algum dia.

Sobre o trabalho da comissão criada para estudar mudanças na rito do Orçamento, Jefferson disse apoiar o fim das emendas individuais, que para ele facilitariam fraudes como a da compra de ambulâncias em troca de financiamento de campanhas do parlamentar autor da emenda e dos políticos locais pelos fornecedores dos veículos.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concorda com o fim das emendas individuais e sugeriu ao

povo “dissolver o Congresso”, não votando nos atuais parlamentares. Embora afirmando ser adepto do presidencialismo, disse considerar a hipótese de que o parlamentarismo possa ser um regime mais adequado ao Brasil.

Jefferson concorda com a tese. Se o regime político do Brasil fosse o parlamentarismo, disse, o governo já teria caído e o Congresso sido dissolvido, resolvendo de maneira mais eficaz a crise provocada por denúncias de corrupção.

Para Ideli, é essencial tomar providências

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), foi uma das articuladoras da reunião das lideranças partidárias para discutir mudanças no processo orçamentário e, assim, tentar evitar novos desvios de recursos públicos. O encontro foi motivado pela denúncia de envolvimento de 65 parlamentares com a compra irregular de ambulâncias por meio de emendas apresentadas ao Orçamento da União, o chamado Escândalo das Sanguessugas.

– É um assunto que temos de tratar com seriedade, pois não é a primeira vez que o Orçamento descamba para uma situação complexa – alertou Ideli.

Ideli foi lembrada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) da entrega, há oito meses, de seu relatório ao projeto de resolução do Congresso Nacional (PRN 2/05) que propõe mudanças no rito do Orçamento, como a criação de uma comissão para acompanhar a execução

orçamentária.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitou a especificação dos partidos dos parlamentares suspeitos de fraude na compra de ambulâncias, para identificar quem integra a base aliada do atual governo. Em seguida, pediu que as mudanças em discussão passem pelas emendas extra-orçamentárias, que seriam negociadas fora do Congresso por pessoas com prestígio junto a autoridades do governo.

Pregão eletrônico será obrigatório para todos

O governo federal vai baixar portaria para regulamentar o decreto que obriga estados, prefeituras e organizações sociais a utilizarem o sistema de pregão eletrônico quando forem efetuadas compras com recursos do Orçamento da União.

O anúncio foi feito na quinta-feira pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, destinada a debates sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007.

– Se essa portaria já estivesse implementada, certamente não teriam ocorrido as fraudes nas compras de ambulâncias – reconheceu o ministro, referindo-se à Operação Sanguessuga, feita pela Polícia Federal.

Ainda na audiência, ele adiantou que também haverá mais rigor na fiscalização da prefe-

rência para o pregão eletrônico nas compras feitas pelo próprio governo federal, por meio de sistema em funcionamento desde julho do ano passado.

– Quem não estiver cumprido vai ter de se explicar – disse.

O ministro disse que o início de vigência da portaria será escalonado, pois, como admitiu, muitos municípios de menor porte e organizações não-governamentais não estão preparados para cumprir imediatamente as exigências. Revelou que a portaria será uma iniciativa conjunta das pastas do Planejamento e da Fazenda e que deve ser publicada dentro de uma semana.

Os grandes municípios serão os primeiros a entrar, depois os médios e, finalmente, os pequenos. Adiantou ainda que o governo vai oferecer capacitação para que todos possam se adequar às novas regras.

Polícia Federal recebe lista com autores de emendas

O presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), decidiu não distribuir a lista dos deputados e senadores que fizeram emendas ao projeto de Orçamento destinando verbas aos municípios para compra de ambulâncias. Na semana retrasada, depois de noticiada a Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, Machado havia prometido divulgar as informações.

O deputado ponderou que, nos últimos anos, as emendas parlamentares tiveram de des-

tinhar, obrigatoriamente, 30% para a área de saúde. Assim, sua lista teria de incluir todo parlamentar que apresentou emenda individual. Gilmar Machado, no entanto, explicou que as pessoas interessadas podem chegar às emendas acessando a página da Câmara dos Deputados na internet.

Gilmar Machado informou ainda que iria entregar a lista à Polícia Federal, à Controladoria Geral da União e ao Ministério Público Federal. Impressa, a lista pesa mais de dois quilos.

Suassuna apresentará defesa acerca de denúncias

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou na sexta-feira, em entrevista à imprensa, que até esta quarta-feira deverá apresentar sua defesa em relação às acusações de que estaria envolvido em fraudes e superfaturamento em licitação para compras de ambulância com recursos oriundos de emendas parlamentares



Suassuna afirma que não participou de esquema de compra de ambulâncias

ao Orçamento. Ele informou que as explicações ainda não foram dadas porque não teve acesso ao conteúdo do inquérito da Polícia Federal sobre as atividades ilícitas detectadas pela Operação Sanguessuga.

Suassuna fez questão de adiantar que não participou do esquema de apresentação de emendas ao Orçamento para a compra de ambulâncias com preços superfaturados. Declarou, no entanto, que já intermediou a compra de várias ambulâncias para as regiões mais carentes do seu estado,

não só por meio de emendas, mas também com recursos próprios. Isso porque, segundo ele, dos 223 municípios da Paraíba, somente dois têm hospitais e, em razão disso, a aquisição de ambulâncias está entre os pedidos mais recorrentes dos prefeitos.

– Somente no meu primeiro mandato foram 82 ambulâncias do meu próprio bolso e no segundo, mais 29 por meio de emendas, até mesmo para atender a resolução que determina que 30% dos gastos sejam feitos na área da saúde – afirmou.

ORÇAMENTO Comissão criada para propor mudança no rito de tramitação apresenta propostas até quarta-feira

Gastos com controle e transparência

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) poderá ficar com apenas a metade dos seus parlamentares e as emendas de bancadas ao Orçamento poderão ter limite de valor. Essas são algumas das mudanças que devem ser propostas, até quarta-feira, pela comissão de três senadores e três deputados criada pelos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, para propor modificações no rito de tramitação do Orçamento da União.

A comissão tem hoje 63 deputados e 21 senadores e, segundo o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso e integrante da comissão que estuda as mudanças, a idéia é ficar com 30 deputados e dez senadores. Com um colegiado menor, disse, será mais fácil reunir os parlamentares para votação, evitando atrasos na tramitação do projeto, como ocorreu neste ano.

Bezerra informou que não há acordo sobre o número de emendas que as bancadas de deputados e senadores poderão apresentar, mas “é quase certo” que essas

emendas coletivas terão limite de valor, o que hoje não existe. De acordo com o senador, já há consenso em sugerir a proibição de emendas das bancadas estaduais redigidas de forma genérica. Esse tipo de redação, explicou, dá chance a irregularidades, com a subdivisão de uma emenda de elevado valor em vários projetos de interesse individual de cada um dos parlamentares que a assinaram.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), que participa dos estudos, poderá ser apresentada, por exemplo, uma emenda para construção de um posto de saúde em um determinado município, mas não “postos de saúde no estado”. Jucá informou também que há consenso em se criar uma relatoria de receitas na CMO. Assim, um relator cuidará das receitas e o outro dos gastos, e eles não poderão ser do mesmo partido, como forma de reduzir o poder hoje colocado nas mãos do relator-geral. A comissão também deverá propor novas regras para obras inacabadas, que deverão receber verbas de emendas até sua conclusão.



Renan e Aldo: Câmara e Senado buscam agilidade e lisura na elaboração do Orçamento da União

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que o trabalho que vem sendo realizado pela comissão é um dos mais importantes em curso no Congresso.

– Estamos vivendo um grande momento para a depuração das nossas instituições, e precisamos analisar as mudanças que dizem respeito ao Orçamento. É preciso tornar o processo mais transparente, pois é isso que a sociedade cobra – observou.

Ministro do Planejamento defende nova reforma na Previdência Social

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, voltou a apoiar a tese da necessidade de nova reforma na Previdência Social para conter a evolução dos gastos na área. Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ele apresentou dados demonstrando que as despesas previdenciárias evoluíram de 4,8% para 7,6% sobre o produto interno bruto (PIB), entre 1995 e 2005. O ministro ressaltou, no entanto, que o governo não está encaminhando estudos para novas mudanças.

– Não há nada previsto no horizonte imediato, mas evidentemente que teremos de, no futuro, enfrentar esse desafio – afirmou.

Por enquanto, de acordo com o ministro, o governo continuará adotando medidas para melhorar os gastos e a arrecadação da Previdência. Com relação às demais despesas do governo, ele disse que a situação é de equilíbrio ao longo do tempo. Os gastos, que incluem despesas com pessoal e programas sociais, teriam ficado ao redor de 10% sobre o PIB no

mesmo período.

– Ainda assim, queremos abrir espaço para investimentos, com a redução de despesas – assinalou.

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 – que orientará a formulação do Orçamento federal e motivou a exposição do ministro na CMO –, a previsão é de que as despesas correntes no próximo ano tenham redução equivalente a 0,10 ponto percentual na relação dos gastos sobre o PIB, estimada para este ano. Com essa meta, ele disse que poderá ser alcançada uma economia de R\$ 2,3 bilhões em 2007.

Maior controle das despesas do governo

Paulo Bernardo destacou outros mecanismos introduzidos na LDO no sentido de garantir maior controle das despesas. Na área de pessoal, citou a decisão de somente aceitar a inclusão de despesas, no Orçamento, dos planos de carreira apresentados ao Congresso até 29 de julho. Além disso, os gastos com benefícios ao servidor

– caso de auxílio-alimentação e assistência médica – terão de convergir para a média apurada em cada Poder. Isso significa que categorias acima da média ficarão com benefícios contidos, para aumentos maiores em favor das que estão abaixo.

Na audiência, o ministro confirmou a disposição de manter mecanismo introduzido na LDO que autoriza o governo a efetuar despesas previstas no Orçamento mesmo sem que a proposta orçamentária tenha sido votada pelo Congresso e sancionada até 31 de dezembro. O objetivo desse instrumento seria impedir, na visão do Executivo, que atrasos na votação da lei deixem o governo sem recursos para gastos importantes.

Atualmente, a regra adotada prevê a liberação de apenas um duodécimo das dotações previstas, a cada mês, para gastos indispensáveis. O relator da LDO para 2007, Romero Jucá (PMDB-RR), adiantou que estudará um mecanismo alternativo que satisfaça ao Executivo e ao Legislativo.

ACM cobra a adoção do orçamento impositivo

Ao criticar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu pressão na apreciação da proposta de emenda à Constituição de sua autoria que institui o chamado orçamento impositivo (PEC 22/00). Para o parlamentar, a medida seria uma forma de retomar a autoridade que o Congresso perdeu ao se envolver em sucessivos escândalos.

– Nunca estivemos tão próximos de perder os pilares indispensáveis a uma República séria e a um governo honesto. Os fatos exigem providências drásticas – afirmou o senador em discurso no Plenário.

A proposta de Antonio Carlos prevê a obrigatoriedade de se executar a programação da lei orçamentária anual. Ele defende ainda a extinção da Comissão Mista de Orçamento e criação, em seu lugar, do que ele chamou de “algo extrapartidário”, que inviabilizasse a utilização política das emendas.

– Dentro do nosso meio, existem comparsas, e os membros

da comissão são sempre os mesmos. É preciso acabar com isso. Do contrário, seria melhor que o Congresso estivesse fechado – protestou.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o fato de alguns deterem o “arbítrio sobre os critérios de liberação dos recursos” é prova da fragilidade das instituições no Brasil. José Agripino (PFL-RN), Almeida Lima (PMDB-SE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordaram com a necessidade da urgência de mudança no modelo de análise e execução da peça orçamentária.

O senador Antonio Carlos discordou de elogio feito pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), à criação da comissão para estudar mudanças no rito do Orçamento. Para o parlamentar, a iniciativa é inócua e em nada vai melhorar o atual processo de votação do Orçamento da União, que ele considera “viciado e que deveria acabar porque permite a manipulação política de emendas de parlamentares”.

Mecanismo na LDO garante execução das despesas

A proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 – recebida pelo Congresso em 15 de abril – tem poucas novidades em relação à lei em vigor, Lei 11.178/05, relativa ao Orçamento em execução. A principal alteração – alvo de críticas de muitos parlamentares – é o mecanismo que autoriza o governo a executar as despesas previstas no projeto orçamentário caso a proposta ainda não tiver sido aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo até 31 de dezembro.

Se a LDO não for aprovada até 30 de junho, o Congresso ficará impedido de entrar em recesso no meio do ano, como determina a Constituição.

Outros pontos centrais da proposta são a manutenção da política de correção para o

salário mínimo com base na variação do INPC combinado com a evolução do produto interno bruto (PIB); a previsão de redução das despesas correntes em 2007 equivalente a 0,10 ponto percentual sobre a relação das despesas com o PIB de 2006.

A LDO prevê a aprovação de projetos de lei para criação, reestruturação ou alteração de planos de carreira ou cargos com encaminhamento ao Congresso Nacional até 29 de julho deste ano.

Em termos econômicos, a LDO define investimentos federais da ordem de R\$ 4,59 bilhões em 2007 e a manutenção do superávit primário (diferença entre receitas e despesas, para pagamento de juros) de 4,25% do PIB entre 2006 e 2009.



Na audiência, Paulo Bernardo, Gilmar Machado e Jucá: aumento das despesas previdenciárias

REFORMA SINDICAL MPs implantam duas propostas polêmicas: fim da unicidade e do imposto sindical

Centrais sindicais ganham novo *status*



A batalha pela reforma do sistema sindical brasileiro, uma das bandeiras do governo do presidente Lula para acabar com o chamado “sindicalismo fantasma”, teve mais um capítulo na semana passada, com a chegada ao Congresso de duas medidas provisórias. Uma delas (MP 293/06) reconhece as centrais sindicais como entidades de representação geral dos trabalhadores, com funções próprias. A outra (MP 294/06) cria o Conselho Nacional de Representação do Trabalho (CNRT) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, para, entre outras funções, apresentar subsídios a propostas legislativas sobre o setor.

Anunciadas como um pacote que beneficia os trabalhadores, apresentado após as festividades do 1º de maio, as MPs trans-

formam em lei uma parte da reforma sindical encaminhada ao Congresso no início de março do ano passado (PEC 369/05, na Câmara) e que tem como objetivo a implantação de duas medidas polêmicas: o fim da unicidade e do imposto sindical (veja quadro abaixo).

Sem apoio no Congresso para aprovar a reforma sindical, o governo apresentou as MPs, cujas exigências nelas contidas institucionalizam e reforçam o papel da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, entre outras, favoráveis às principais teses da reforma sindical encampada pelo Executivo, como revelaram seus representantes em audiência na Câmara.

Segundo a exposição de motivos da MP 294/05, uma das principais atribuições do CNRT será o aprofundamento e a continuidade das discussões referentes às reformas sindical e trabalhista já iniciadas

no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

O anúncio ocorre em meio ao impasse nas discussões da reforma sindical na Câmara. Ainda que atropelados pela crise política (a PEC está parada na Comissão de Justiça da Câmara desde julho do ano passado), os debates chegaram a acontecer principalmente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

da Casa, que realizou pelo menos cinco audiências públicas com a participação, inclusive, de trabalhadores ligados às confederações de trabalhadores contrárias ao fim da unicidade e do imposto sindical.

A reação à reforma sindical apresentada pelo governo foi tão contundente que o presidente da Comissão de Trabalho, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-

RN), ameaçou colocar em votação o projeto do deputado Sérgio Miranda (PDT-MG) que, em vez de acabar com a unicidade e o imposto sindical, regulamenta o artigo 8º da Constituição (sobre a liberdade de associação). A proposta é fruto de discussões do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congregou as entidades que não se sentiram representadas no FNT.



Fórum Nacional do Trabalho reúne-se desde 2003: assessoramento ao governo em questões sindicais

Novo conselho servirá de fórum para a reforma

A MP 294/06 toma como base recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que sugere que os governos adotem fóruns de negociação que envolvam representantes de trabalhadores, empregadores e governo, a chamada representação tripartite. O governo optou por um conselho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, com funções primordialmente consultivas e deliberações que só podem ser tomadas consensualmente pelos 15 membros, divididos de maneira paritária.

Nesse sentido, o Palácio do Planalto explica que a função do CNRT é “influenciar na definição de políticas públicas e também elaborar pareceres e emendas sobre projetos de lei e outras proposições legislativas, imprimindo mais pressão para serem aprovados” (veja o quadro).

A representação dos trabalhadores, continua a MP, será escolhida entre as indicações das centrais sindicais, “de acordo com critérios de representatividade

de estabelecidos em lei”, ou seja, agora definidos pela MP 293.

Conselho seria um “canal institucional”

De acordo com o atual contexto, a representação dos trabalhadores na nova estrutura legal deve ser ocupada pelos representantes da categoria no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado pelo governo em agosto de 2003 para assessorá-lo em questões trabalhistas e sindicais. Foi com base em dois anos de discussão do fórum que o governo encaminhou ao Congresso no início de 2005 a proposta de reforma sindical. Pelo texto da MP, o governo espera que o CNRT dê continuidade ao trabalho do FNT.

Com as dificuldades enfrentadas no Congresso, o CNRT será o canal institucional para “maior qualificação do processo legislativo nas questões de sua competência, apresentando subsídios e orientações por meio da manifestação das partes consultadas”.

MP 293 define critérios de representatividade

De acordo com a justificativa que acompanha a MP 293/06, o objetivo da medida é, “como reconhecimento da legitimidade conquistada nos últimos 20 anos”, dar “respaldo legal” às centrais sindicais, entre as quais se destacam a CUT e a Força Sindical, que têm a maioria da representação trabalhista na Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho.

A MP afasta o receio de que as centrais concorram com sindicatos na representação dos trabalhadores em negociações coletivas. O reconhecimento jurídico das centrais seria restrito ao caráter político-institucional, para representar os interesses dos trabalhadores a elas filiados em fóruns, colegiados ou órgãos públicos como o Conselho Deliberativo do

Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), criado pela MP 294/06.

Um dos dispositivos da MP 293 que causa polêmica é o requisito de representatividade para as centrais sindicais (veja o quadro). Amplamente cumpridos por CUT e Força Sindical, os requisitos deixariam de fora boa parte das 17 entidades que reivindicam o reconhecimento como centrais.

“A proliferação de entidades, cada vez menores e menos representativas, reitera a necessidade de aprimoramento do atual siste-

ma. Até mesmo em contexto de ampla liberdade sindical não se pode prescindir de algum critério para identificar as entidades com um mínimo de representatividade”, de acordo com a MP.

Nas discussões sobre a reforma sindical na Câmara, esses requisitos foram identificados por entidades como

a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, o Sindicato dos Técnicos da Receita Federal e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência como interferência do governo na liberdade de associação e um incentivo à hegemonia do papel das centrais sobre as confederações e sindicatos.

O que dizem as medidas provisórias

Finalidades do Conselho Nacional de Relações do Trabalho

I - promover o entendimento entre trabalhadores, empregadores e governo federal, buscando soluções acordadas sobre temas relativos às relações de trabalho e à organização sindical;
II - promover a democratização das relações de trabalho, as relações tripartites e o primado da justiça social no âmbito das leis do trabalho e das garantias sindicais; e
III - fomentar a negociação coletiva e o diálogo social.

Fonte: MP 294/06

Para ser chamada a representar os trabalhadores, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do país;
II - filiação em pelo menos três regiões do país de, no mínimo, 20 sindicatos em cada uma;
III - filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e
IV - filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, 10% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

Fonte: MP 293/06

O que é Imposto Sindical

O sindicato reconhecido oficialmente cobra a contribuição, mesmo que o trabalhador ou a empresa não tenham se associado voluntariamente. Para os trabalhadores, a contribuição é de um dia trabalhado por ano. A contribuição das empresas varia de acordo com o capital social.

Unicidade sindical

Determina que haverá apenas um sindicato para representar uma categoria na mesma base territorial (município, região metropolitana ou estado).

Obs.: De acordo com a proposta do governo, o financiamento dos sindicatos seria feita por meio de uma contribuição negociada, paga por todos os trabalhadores beneficiados pelas negociações coletivas, no valor de 1% dos rendimentos mensais dos trabalhadores.



REFORMA SINDICAL Governo assumiu, no projeto, bandeiras históricas da CUT e dividiu o movimento sindical



Manifestação do Fórum Sindical dos Trabalhadores, em 2004, contra projeto de reforma do governo

JANE ARAUJO

Em conflito, as duas formas de sindicalismo



Os conflitos entre a antiga e a atual versão de sindicalismo estão marcados desde quando o presidente Lula assumiu o poder, levando adiante antigas reivindicações da CUT, como o fim da unicidade e do imposto sindical.

públicas realizadas no ano passado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, especialmente à primeira, quando o então ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, explicou a PEC apresentada pelo governo. A reunião teve que ser suspensa e transferida de local.

Contribuição e unicidade, a polêmica

O FST articulou ainda a apresentação, pelo deputado Sérgio Miranda (PDT-MG), de um projeto de lei (PL 4.554/04), com apoio de 196 deputados. Diferentemente da proposta do governo, o projeto do FST mantém a contribuição sindical compulsória e a unicidade sindical.

Apesar de haver aguardado a análise da proposta do Poder Executivo sobre a reforma sindical na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na Câmara, e a consequente instalação de uma comissão especial para analisar a PEC, o presidente da comissão de Trabalho, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), diante das resistências, prometeu colocar na pauta o projeto de Sérgio Miranda.

Segundo Alves, a proposta do governo recebeu a oposição de "mais de 90%" dos representantes de patrões e empregados que se manifestaram durante as audiências públicas sobre a reforma sindical realizadas em sua comissão.

MP quer preservar direitos trabalhistas

Na mesma ocasião em que editou as MPs que reforçam o papel institucional das centrais sindicais, o governo encaminhou ao Congresso projeto de lei regulamentando as cooperativas de trabalho (PL 7.009/06 na Câmara). A intenção do governo – que contou com o apoio de integrantes do Ministério Público do Trabalho e do Fórum Nacional do Trabalho – é evitar que essas entidades representem ameaça aos direitos trabalhistas, tendo em vista que há abusos no setor, por meio de cooperativas criadas como forma de evitar o pagamento da contribuição previdenciária e o depósito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"No processo de terceirização, largamente instalado nas empresas brasileiras, as cooperativas vêm substituindo postos formais de emprego e inserindo trabalhadores subordinados no mercado de trabalho, tolhendo-lhes o acesso aos direitos sociais. É a

mercancia [tráfico] da mão-de-obra que não cria oportunidades novas, mas, ao contrário, torna precários os postos de emprego, de forma nunca vista", como é destacado na justificativa do projeto de lei.

Proposta impede o mau uso das cooperativas

Mas o projeto reconhece que há cooperativas de trabalho que agem dentro da lei, constituindo-se em alternativa para geração de emprego e, para coibir as fraudes, conceitua a cooperativa de trabalho como a entidade em que os trabalhadores exercem suas atividades sem ingerência de terceiros, com suas tarefas definidas por meio de assembleia geral, realizada a cada 90 dias, com atas assinadas por pelo menos 30% dos cooperados.

A proposta impede ainda a distribuição de qualquer verba de representação que não seja a retribuição fruto de seu trabalho, de forma equânime e sem distor-

ções. Os pagamentos periódicos aos sócios também deverão estar classificados em faixas, com critérios estabelecidos em assembleia desde que a diferença entre a maior e a menor faixa não seja superior a seis vezes.

Como forma de punir a utilização indevida das cooperativas, caso seja comprovado o seu uso como intermediadora de trabalho precário, a entidade será dissolvida e os diretores sujeitos a sanções penais e multas.

Outra inovação é a criação de programa para oferecer acompanhamento técnico, qualificação de recursos humanos e linhas de crédito. Por fim, a proposta reduz de 20 para cinco o número mínimo de sócios para incentivar pequenas cooperativas.

Na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a proposta tem grande mérito ao tentar eliminar "relações subumanas e condições precárias de trabalho" entre trabalhadores vinculados a falsas cooperativas.

No centro da polêmica, a herança do trabalhismo deixada por Vargas

Apresentada pelo governo em março de 2005, a proposta de emenda à Constituição que altera o sistema sindical brasileiro (PEC 369/05) até hoje nem sequer teve uma comissão especial instalada para analisá-la. A PEC tem o mesmo destino dos projetos de lei elaborados para regulamentar o artigo 8º da Constituição, que dispõe sobre a liberdade de

associação: a controvérsia sobre os temas impede o andamento dos projetos de lei em tramitação desde 1989, como o PL 1.528/89, em discussão na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

O impasse tem suas origens na própria implantação do sindicalismo no Brasil, cujas bases

se confundem com o trabalhismo, que tem no ex-presidente Getúlio Vargas seu principal líder. Esse modelo sindical, que hoje tem a representatividade questionada, foi financiado com a ajuda do Estado, que instituiu o imposto sindical, descontado dos trabalhadores com ou sem seu consentimento.

Esse sistema inclusive garantiu,

por meio de um braço sindical, grande apoio às lideranças trabalhistas como o próprio Getúlio, o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, estes pertencentes ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro.

Após a reorganização da sociedade civil possibilitada pela abertura política ao final do regime

militar, surgiu novo modelo de sindicalismo, que buscava a participação efetiva dos representados tanto do ponto de vista político, quanto da representação dos seus interesses junto às empresas. Foi assim que surgiram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, mais tarde, a Força Sindical, ambas nascidas nas áreas industriais do estado de São Paulo.



Comício na Central do Brasil, em 1964, com a presença do líder trabalhista e presidente João Goulart: no modelo de Vargas, imposto sindical era essencial



O líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva discursa em assembleia no ABC paulista: surgimento da CUT, nos anos 80, veio no rastro da redemocratização

C. BOSCO/ACERVO UH/FOLHA IMAGEM

FOLHA IMAGEM

CRISE DO GÁS Depois de defender conciliação no Senado, ministro responde a novas acusações de Evo Morales

Amorim reage e endurece o tom



CELIO AZEVEDO

Depois de defender, em audiência pública no Senado, uma postura conciliadora em relação à Bolívia, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, endureceu o tom. Em viagem a Viena, na Áustria, acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro chegou a admitir a hipótese de retirar o embaixador brasileiro de La Paz, se não houver diálogo possível com o presidente boliviano Evo Morales. Também em Viena, Morales fez pesadas acusações ao Brasil. Lula e Morales se encontrariam no fim de semana para discutir as divergências.

No Senado, insistentemente cobrado pelos parlamentares da

oposição, que consideraram as reações do Brasil insuficientes, Amorim argumentou ser melhor buscar resultados a responder de forma “estridente” ao governo boliviano, que no início do mês nacionalizou as reservas de gás e de petróleo e assumiu o controle de empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras.

– Se entrássemos em uma escalada de retaliações, estaríamos despertando ações irracionais. Qualquer atitude do governo de La Paz no sentido de dificultar o abastecimento de gás para o Brasil tornaria as coisas muito mais difíceis – alertou.

Em seu depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE), ele não se equivocou, porém, de qualificar as medidas como “adolescentes” e tomadas “em um contexto de período pré-assembleia constituinte”.

– A maneira belicosa de cercar as refinarias da Petrobras [com tropas do Exército] nos surpreendeu, mas a nacionalização já estava prevista desde a realização do plebiscito – admitiu o chanceler, para quem o gesto boliviano foi “desnecessário e inconveniente”.

– A política brasileira nunca será a do porrete, será sempre a da boa vizinhança – afirmou Amorim, descartando a radicalização contra os bolivianos.

Amorim, no Senado: o presidente Lula transmitiu de “maneira inequívoca” sua insatisfação aos bolivianos e venezuelanos

Corte internacional é último recurso, antecipa ministro

Se as negociações com a Bolívia – iniciadas na semana passada com uma delegação que incluiu o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e o ministro Silas Rondeau (Minas e Energia) – não forem consideradas satisfatórias em relação às reivindicações brasileiras, o país não terá outra saída senão recorrer à corte internacional arbitral de Nova York, denunciando o país vizinho por quebra de contrato. A posição foi confirmada pelo ministro das Relações

Exteriores, Celso Amorim, aos senadores da CRE na audiência pública da terça-feira.

As negociações, antecipou Amorim, serão “longas e difíceis” e “só a história dirá o que vai acontecer”. O Brasil reivindica a manutenção do fornecimento de gás e a fixação de um preço racional para o produto, para não inviabilizar o funcionamento das indústrias de São Paulo e também não prejudicar o consumidor. Também estão na mesa de dis-

cussão as formas de indenização à Petrobras pela perda de seu patrimônio.

No tribunal internacional, informou o ministro, o Brasil poderá argumentar que o decreto da nacionalização não incide diretamente sobre o contrato de fornecimento de gás, firmado em 1996, e que estabelece um fórum para controvérsias e prevê que sejam revistas, de cinco em cinco anos, questões relativas ao gasoduto Brasil-Bolívia, inclusive a referente aos preços do produto.

– A questão está em saber se nossos interesses vão ter tratamento justo no processo de nacionalização. O preço a ser estabelecido para o gás deve ser racional, baseado em fatos, e não emocional. Deve ser compatível, pois é uma questão de mercado. O preço deve viabilizar o empreendimento, não pode ser impossível para o consumidor ou inviável para o funcionamento das indústrias de São Paulo – afirmou Celso Amorim.

Ministro não tem dúvidas: negociações serão “longas e difíceis”

“Chávez causou desconforto ao Brasil”

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que a atuação do presidente venezuelano, Hugo Chávez, no episódio da nacionalização das reservas de gás natural e de petróleo na Bolívia causou “desconforto” ao governo brasileiro e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo afirmação do chanceler em audiência pública na CRE, essa sensação brasileira teria sido transmitida “de maneira inequívoca” ao governo venezuelano.

Lula, ainda de acordo com o ministro Amorim, teria alertado Chávez de que tal comportamento poderia colocar em risco até mesmo a construção do gasoduto do Sul (entre Venezuela, Argentina e Brasil) e a integração sul-americana. A decisão da Bolívia, no último dia 1º de maio, foi tomada dois dias depois de um encontro entre Morales, Chávez e Fidel Castro em Cuba.

Publicamente, porém, o presidente venezuelano negou ter influenciado Morales a assinar os decretos de nacionalização. O governante boliviano, por sua vez, alegou ter se convencido da necessidade de tomar a atitude dois dias antes de ir a Cuba (no dia 27 de abril).

Venezuelanos na Petrobras

Para justificar a presença de Chávez na reunião entre Lula, Morales e o presidente argentino Néstor Kirchner, em Puerto Iguazú (Argentina), há dez dias, Amorim lembrou o fato de a Venezuela ser dona das maiores reservas de gás na América do Sul.

O ministro também citou, na conversa com os senadores, outro fator de descontentamento do governo brasileiro em relação à participação chavista em todo o

episódio: a presença de funcionários da estatal petrolífera venezuelana (PDVSA) assessorando os bolivianos na tomada de controle das empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras Bolívia S.A. (que, na semana passada, viu cinco de seus diretores serem nomeados pelo governo de La Paz).

Em sua maioria, os senadores consideraram a nota do governo brasileiro a respeito da nacionalização “tímida e pouco incisiva” e opinaram que a atuação do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante a crise “foi danosa aos interesses brasileiros”.

Amorim descartou as conclusões de que o presidente Lula estivesse perdendo a liderança na América do Sul para o colega venezuelano Hugo Chávez.

– Não há integração [no continente sul-americano] sem a participação do Brasil – afirmou o chanceler.

Presença gigantesca começou a construção do gasoduto

Criada no final de 1995, a Petrobras Bolívia S.A. iniciou suas operações efetivamente em meados de 1996 e, em menos de dez anos, tornou-se a maior empresa do país. Um dos passos importantes para esse resultado foi a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, entre 1997 e 2000.

Os negócios da Petrobras na Bolívia incluem desde a exploração, produção e comercialização de gás natural até o sistema de transporte por dutos; unidades de processamento de gás natural; refino; unidade de lubrificantes; e distribuição de derivados. A Petrobras Bolívia responde ainda pela operação

das maiores refinarias bolivianas – Gualberto Villaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra. As duas refinarias processam, conjuntamente, uma média de 40 mil barris diários de petróleo e de gás natural.

Segundo dados divulgados em coletiva à imprensa na sede da companhia na semana passada, os ativos da Petrobras na Bolívia somam cerca de US\$ 1 bilhão, mas o patrimônio líquido está avaliado em US\$ 365 milhões. A diferença entre os valores corresponde a dívidas da Petrobras Bolívia com bancos, com fornecedores e com



Refinaria da Petrobras na Bolívia: em dez anos no país, um patrimônio líquido de US\$ 365 milhões

a sede da companhia no Brasil (que representa menos de 10% do total).

Petrobras responde por 20% do PIB boliviano

A dívida poderá aumentar se a margem de lucro da empresa na produção de gás for negativa, o que deve ocorrer com o aumento do imposto sobre a operação, que passou de 50% para 82%

com os decretos presidenciais. No ano passado, a Petrobras Bolívia registrou lucro de R\$ 220 milhões.

A estatal brasileira responde por cerca de 20% do produto interno bruto (PIB) da Bolívia. A empresa de petróleo é responsável por 24% de todos os impostos coletados na Bolívia – de US\$ 1,9 bilhão arrecadado pelo governo boliviano em 2005,

US\$ 536 milhões foram pagos pela companhia.

A Petrobras explora dois campos de gás natural e petróleo na Bolívia – San Antonio e San Alberto. As reservas da empresa na Bolívia são de 336 milhões de barris de óleo equivalente (BOE), ou 2,3% das reservas provadas da empresa, segundo a Sociedade de Engenheiros de Petróleo.

CRISE DO GÁS Enquanto oposição reafirma que Brasil foi humilhado, governo descarta aumento de preço do gás

Acusação de Morales amplia debate sobre crise do gás

A postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da diplomacia brasileira, voltou ao foco das discussões depois de o presidente da Bolívia, Evo Morales, haver acusado a Petrobras e o Brasil de patrocinar contratos ilegais na IV Cúpula de Chefes de Estado e Governo da América Latina, Caribe e União Européia, em Viena.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) cobrou explicações de Lula sobre o futuro dos ativos da Petrobras na Bolívia, os termos da repactuação contratual e a eventual concessão de subsídios para resguardar a indústria de aumento de preços.

Heloísa lembrou que, no governo Fernando Henrique, o PT afirmava que a obra não tinha sustentação moral, legal e técnica. Por isso, a parlamentar diz que Lula deveria ter investigado a obra assim que assumiu.

O líder do PFL, José Agripino (RN), destacou que o silêncio de Lula diante das declarações de Morales é um “vexame internacional” para o Brasil. Segundo ele, o país, que sempre atuou como pacificador no continente, agora vê sua principal empresa, a Petrobras, acusada de “caloteira” e “contrabandista de fronteira”. Agripino observou que o Itamaraty foi colocado de lado na crise, cedendo espaço para Marco Aurélio Garcia, assessor do Planalto para Assuntos Internacionais.

Nessa linha, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a “incompetência” da política externa do governo, que se propôs a “mudar a geopolítica internacional” mas, em nome de “uma falsa camaradagem e amizade pessoal”, conforme frisou, abre mão de defender os interesses nacionais. Para Jereissati, o Brasil “nunca foi tão humilhado, enganado e mantido em subordinação” perante outros países.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou a reação indignada do chanceler Celso Amorim a declarações do presidente boliviano. Porém, assinalou, a política externa brasileira parece ter dois comandos: o oficial, a cargo de Amorim, e um informal, capitaneado por Garcia, que classificou as observações de Amorim como “insultantes e racistas”.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) propôs a convocação de Garcia para esclarecer essas críticas. Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que “as trapalhadas” de Lula podem diminuir a estatura do presidente e a imagem do país.

Essa é a opinião do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), para quem Lula foi desmentido publicamente por Morales, que acusou a Petrobras de evasão fiscal e contrabando. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a Petrobras “é um ralo de dinheiro para sustentar o PT”.

Ação de Marco Aurélio Garcia é criticada por senadores, que querem ouvi-lo

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reagiu à declaração de Morales de que o Acre fora trocado “por um cavalo”.

– Essa postura, inadmissível, mostra que o que mo-

tivou Morales a nacionalizar os recursos naturais não foi sua preocupação com a soberania da Bolívia, mas uma necessidade de retaliação por ressentimentos pequenos – afirmou Mesquita, acusando Morales de desconhecer a história do Acre, “conquistado à bala” pelo povo.

“Tibieza” foi a palavra usada por Jefferson Péres (PDT-AM) para classificar a ação de Lula diante da crise. Ele anunciou que proporá um voto de censura ao presidente, avaliando que a política externa brasileira tem “ranço ideológico”.

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou Lula por manifestar simpatia demais pela Bolívia. Enquanto Alvaro Dias (PSDB-PR) exigiu que Lula assuma pessoalmente as negociações, José Jorge (PFL-PE) afirmou que o presidente está sendo incapaz de “lidar com o imbróglio”.

Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a postura da diplomacia brasileira. Para ele, não apenas os contratos, mas a justiça e as relações de vantagem e desvantagem entre os países devem ser levados em conta. Com apoio de Fátima Cleide (PT-RO), ele asseverou que a integração econômica com os vizinhos pode ser mais vantajosa do que a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o momento não é de insuflar os ânimos, pois uma radicalização pode levar à violência entre brasileiros e bolivianos.

– Esse conflito é uma questão de mercado e não uma briga entre povos.



Plenário lotado para a audiência pública com Amorim: senadores cobram atitude firme do Brasil

Bancada apóia postura do governo

Os senadores do bloco governista participaram pouco do debate na Comissão de Relações Exteriores (CRE), preferindo deixar para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a incumbência de falar mais longamente sobre a postura brasileira na crise do gás.

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que seu estado é inteiramente dependente do gás boliviano, por isso a questão preocupa especialmente a população catarinense. Ideli não acredita, no entanto, em risco de desabastecimento

porque, para ela, a Bolívia não tem alternativa senão continuar vendendo o gás para o Brasil.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, em seu discurso de posse, Evo Morales externou a amizade para com o Brasil e a afinidade com o presidente Lula, esperando que esses fatores possam facilitar a solução da crise do gás boliviano.

Roberto Saturnino fez questão de afirmar que a integração latino-americana é, nos dias de hoje, mais intensa do que em décadas passadas, mas questionou o que

chamou de “tropeço do Uruguai em querer sair do Mercosul”.

Amorim disse que, no Mercosul, faltou ao Brasil uma visão de mais longo prazo em relação aos países menores. Como eles tinham expectativas enormes, ficaram frustrados, ressaltou.

Em Plenário, Sibá Machado (PT-AC) rebateu as críticas à política externa brasileira salientando que o país não deve agir com relação à Bolívia como os EUA agiram com o Afeganistão e o Iraque. “O Brasil não deve trilhar o caminho da discórdia”, afirmou



Operários fazem trabalho de manutenção: Petrobras quer construir mais 6 mil quilômetros de dutos até 2011

Petrobras busca saídas para reduzir dependência

No rastro da crise provocada pela nacionalização dos recursos minerais e pela tomada das instalações da Petrobras na Bolívia, a empresa anunciou o cancelamento de todos os investimentos previstos no plano de expansão das atividades naquele país.

Entre eles a proposta de aumentar, a partir de 2008, a capacidade do gasoduto em mais 15 milhões de metros cúbicos diários (hoje, a produção já é de 30 milhões de m³).

A Petrobras já iniciou estudos

para a compra de gás natural na forma líquida, o GNL – até 6 milhões de m³ por dia para o Nordeste e outros 14 milhões para o Sudeste. O produto seria transportado em navios e regaseificado em unidades industriais, normalmente construídas próximas a um porto. A empresa pretende ter duas dessas plantas em operação dentro de dois anos.

Para aumentar a produção nacional de gás, a Petrobras prevê investimentos de cerca de US\$

18 bilhões nos próximos anos na bacia de Santos. O campo gigante de Mexilhão, por exemplo, deve começar a produzir 12 milhões de m³ de gás por dia em 2008.

Na última semana, a Petrobras anunciou ainda o investimento de R\$ 7,5 bilhões, até 2011, na ampliação da malha brasileira de dutos. Além de gasodutos, serão construídas tubulações para o transporte de álcool. De acordo com a empresa, serão mais 6 mil quilômetros de dutos.

CRISE POLÍTICA Comissão que investiga bingos ainda quer ouvir Marcos Valério e repórter que entrevistou Sílvio Pereira

CPI tem três semanas para concluir investigação



Com previsão de encerrar os trabalhos no fim de maio, a CPI dos Bingos entra na reta final com algumas pendências. Especialmente depois da entrevista do ex-secretário geral do PT Sílvio Pereira, publicada pelo jornal *O Globo* na semana passada. Embora pouco esclarecedora, a entrevista serviu para reavivar denúncias de corrupção na cúpula petista.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), informou que convidará a jornalista Soraya Aggege, de *O Globo*, para prestar esclarecimentos sobre a entrevista

com Sílvio. A intenção era que Soraya comparecesse já nesta semana, mas a audiência não foi confirmada porque a jornalista está na Áustria acompanhando a 4ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Européia.

Efraim convocou reunião para esta terça-feira, ocasião em que poderão ser votados diversos requerimentos. Entre eles, o que pede um novo depoimento de Marcos Valério. Também pode ser aprovada a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Sílvio Pereira, de Delúbio Soares, de José Dirceu, de Antonio Palocci e de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae.

Sílvio Pereira depõe, mas não esclarece quase nada

Lapsos de memória deram o tom do depoimento do ex-secretário do PT Sílvio Pereira à CPI dos Bingos, na quarta-feira passada. O ex-dirigente disse não lembrar mais o teor da entrevista que deu ao jornal *O Globo*, publicada no dia 7 de maio, que motivou seu depoimento à CPI.

O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), perguntou por exemplo sobre sua declaração ao jornal a respeito da pretensão do empresário Marcos Valério de arrecadar R\$ 1 bilhão com o PT no governo.

– Não sei mais onde está a verdade nessa entrevista, o que é verdadeiro, o que não é – afirmou Silvinho.

Sílvio Pereira negou-se, por orientação de seu advogado, a assinar o termo de compromisso para falar a verdade na comissão. Pouco antes, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), lera atestado médico trazido pelo advogado de Sílvio segundo o qual ele está em estado de es-

trese e com depressão, além de humor cronicamente deprimido.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse a Sílvio Pereira que não adiantaria fugir da verdade, porque a oposição está pensando em formar outra CPI com o objetivo de apurar os fatos envolvendo a corrupção no governo.

O senador perguntou a Sílvio sobre sua declaração feita a *O Globo* de que queriam matá-lo. Ele respondeu que não se lembrava de ter falado isso. Também perguntaram se ele teme por sua vida.

– Eu tenho medo de mim mesmo – disse.

Efraim anunciou que a CPI tomará providências para formalizar garantia de vida para Silvinho. O pedido foi feito pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN), que observou que o ex-dirigente não estava contribuindo em nada para o esclarecimento dos fatos porque precisava de garantias de vida.



Sílvio Pereira disse que não sabe “mais onde está a verdade” em entrevista que deu a *O Globo* e que tem medo de si próprio

Arcanjo se diz “apenas contraventor”

O ex-policial civil João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, tido como líder do crime organizado em Mato Grosso, negou envolvimento com o assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, em 2002. Ele também negou conhecer os empresários Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Ronan Maria Pinto, supostamente envolvidos com um esquema de propinas na prefeitura de Santo André. Arcanjo depôs a uma subcomissão de senadores da CPI dos Bingos que esteve na terça-feira em Cuiabá, onde ele cumpre pena de prisão por diversos crimes.

– Sou apenas contraventor. Sobre os outros crimes que me atribuem, a verdade vai aparecer – disse ele.

No início da audiência, o presidente da subcomissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), leu o *habeas corpus* concedido a Arcanjo pelo Supremo Tribunal Federal e deixou a palavra com o depoente, que abriu mão do direito de calar-se durante o depoimento.

Respondendo ao relator, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), o Comendador afirmou nunca ter trabalhado com casas de bingo nem com máquinas de caça-níqueis.

– Já tive oportunidade de ter bingos em Mato Grosso, mas não quis. Jogo de bicho sim, desde 1980. Tive também cassino – esclareceu Arcanjo.

O Comendador ainda afirmou que não tem conhecimento sobre as atividades de seus escritórios de *factoring* (empréstimo de dinheiro a juros), mas que

“assumia a responsabilidade” pelos negócios.

Juvêncio destacou que, em Cuiabá, os parlamentares tiveram informações de que os escritórios de *factoring* de Arcanjo foram usados para lavar dinheiro depois repassado para políticos de Mato Grosso durante pelo menos duas eleições.

Longa ficha criminal

Em junho de 2003, o Comendador foi sentenciado no Brasil a sete anos de prisão por receptação de armamento contrabandeado e porte ilegal de armas. Foi novamente condenado

em dezembro de 2003, dessa vez a 37 anos, por formação de organização criminosa, crime contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. Ele ainda responde a processos por homicídios e contrabando.

Na última condenação, o juiz Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara Federal de Cuiabá, determinou a prisão de outras cinco pessoas pelos mesmos crimes e o confisco dos bens do grupo – imóveis, carros, jóias, aviões, títulos de crédito e valores depositados em bancos,



O ex-policial Arcanjo se apresenta à comissão de senadores, que foram ouvi-lo em Cuiabá

avaliados em cerca de US\$ 500 milhões. Segundo o juiz, foi a maior condenação por lavagem de dinheiro no país. As penas somam 121 anos de prisão. A organização teria movimentado cerca de R\$ 900 milhões de 1997 a 2001 sem declarar à Receita Federal.

Arcanjo e sua mulher foram presos em abril de 2003 no Uruguai por uso de documento falso. Em março passado, a Justiça uruguaia permitiu que ele voltasse ao Brasil para cumprir pena em Cuiabá.

Febrabingo: jogo não é canal para lavar dinheiro

As casas de bingo não são um dos principais canais para lavagem de dinheiro no país, de acordo com o presidente da Federação Brasileira de Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto. Ele nega também que a federação que dirige tenha contribuído com dinheiro para campanhas eleitorais, principalmente para candidatos do PT. Canto fez essas considerações em depoimento à CPI dos Bingos na última terça-feira.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), lembrou que Rogério Buratti – ex-assessor de Antonio Palocci quando ele era prefeito da cidade de Ribeirão Preto (SP) – disse perante a comissão que casas de bingo de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram com R\$ 2 milhões para

campanhas eleitorais de petistas. Canto afirmou desconhecer o episódio. Ele também informou que nunca conheceu o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira nem o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz (filmado tentando extorquir Cachoeira).

Mas Canto salientou que chegou a ser convidado para uma reunião no subsolo do Palácio do Planalto para tratar da regulamentação do jogo, “que contou com a presença de vários interessados do setor”. A reunião, lembrou Canto, foi coordenada por um assessor do Planalto, cujo nome ele disse não lembrar.

Canto defendeu a legalização das casas de bingo, mas condenou a regulamentação dos cas-

sinos. Segundo ele, a legalização dos bingos geraria, de imediato, 120 mil empregos diretos em mil estabelecimentos comerciais do ramo existentes no país, rendendo aos cofres públicos R\$ 2,3 bilhões anuais em impostos.

Garibaldi realiza levantamento

O gabinete do senador Garibaldi Alves está realizando, em parceria com a Polícia Federal, um levantamento sobre a situação das casas que exploram esse tipo de jogo no país. O trabalho deverá incluir avaliações de 35 casas de bingo e entrevistas com mais de cem pessoas. O resultado integrará o relatório final da CPI, elaborado por Garibaldi, previsto para ficar pronto até o final deste mês.

Senado quer saber opinião da população sobre bingos

No episódio do programa *A Grande Família* exibido pela TV Globo na semana passada, Dona Nenê pega o dinheiro que o marido Lineu lhe deu para conser-tar a geladeira e joga no bingo. Acaba ganhando uma bolada. Mas, sem coragem de contar a proeza a Lineu, ela usa o genro Agostinho como “laranja” para bancar um almoço familiar no Dia das Mães.

Longe da ficção, o jogo também

gera polêmica. E é para conhecer as opiniões dos brasileiros sobre as casas de bingo e as máquinas caça-níqueis que o Senado fará nesta semana uma pesquisa telefônica com 1.072 pessoas, em 111 municípios de todos os estados. O trabalho envolverá uma equipe de 20 entrevistadores sob a coordenação de Ana Lúcia Novelli, diretora de Pesquisa e Opinião Pública do Senado.

A pesquisa utilizará a estrutura

tecnológica do Alô Senado (0800-612211), serviço telefônico que permite o contato do cidadão com o Senado. O Alô Senado serve tanto para que o cidadão faça sugestões, perguntas e reclamações quanto para a realização de pesquisas como as dos bingos.

– Os objetivos da pesquisa incluem descobrir o que as pessoas vêem de positivo e negativo nos bingos e por quê – afirma Ana Lúcia.

CRISE ÉTICA Entrevista de Sílvio Pereira e decisão da OAB de apresentar notícia-crime contra Lula dominam debate

José Jorge: Lula agora é alvo de notícia-crime

Em vez de ser um atestado de inocência, como estariam avaliando os petistas, a decisão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de arquivar o pedido de *impeachment* contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na opinião do senador José Jorge (PFL-PE), somente foi tomada pelo fato de a entidade haver considerado a medida inoportuna pela proximidade das eleições e pela alegada falta de legitimidade do Congresso para julgar o presidente da República após a Câmara ter absolvido parlamentares envolvidos com o mensalão.

O parlamentar destacou que, ao descartar uma solução política para as denúncias contra o governo Lula e dirigentes petistas, reforçadas por declarações recentes do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, o Conselho Federal da OAB teria resolvido buscar uma saída jurídica para

o caso. Assim, continuou José Jorge, a OAB decidiu enviar notícia-crime contra o presidente Lula à Procuradoria Geral da República, por entender, de acordo com o senador, que há indícios de seu envolvimento com o suposto suborno de parlamentares em troca de apoio ao governo.

– É na hora da crise que a verdade aparece. É no desabafo de Sílvio Pereira que vemos confirmados os indícios colhidos pelas CPIs – afirmou.

Na segunda-feira passada, 25 conselheiros da OAB decidiram arquivar o pedido de *impeachment* de Lula. Sete conselheiros votaram a favor. O relator, conselheiro Sérgio Ferraz, do Acre, defendeu o impedimento do presidente da República, por suposto “envolvimento e anuência” no escândalo do mensalão. A proposta de *impeachment* era da conselheira Elenice Carille, de Mato Grosso do Sul.



Assim como o senador José Jorge, Alvaro Dias considerou razoáveis os motivos da OAB para não apresentar *impeachment*

Alvaro Dias defende decisões adotadas pela OAB

O líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que “são justificáveis” as razões que levaram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a rejeitar a proposta de um processo de *impeachment* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas o parlamentar destacou que, na mesma sessão em que recusou a proposta, a OAB também aprovou o encaminhamento de uma notícia-crime ao procurador-geral da República, solicitando o aprofundamento das investigações contra o presidente.

Alvaro Dias concordou com os argumentos apresentados pelos conselheiros da OAB para

não instaurar um processo de *impeachment*: a ausência de “clamor popular” pelo afastamento de Lula e o fato de que a Câmara – a quem seria encaminhado o pedido – já ter absolvido diversos parlamentares acusados de participar do “esquema do mensalão”, o que indicaria sua falta de disposição para aprovar o afastamento do presidente da República.

– Mas o fato de não termos condições para instaurar um processo de *impeachment* não nos desobriga de defender o indiciamento de presidente, para que ele seja julgado independentemente de sua eventual reeleição – disse Alvaro Dias.

Papaléo quer voto aberto em cassações

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu o fim do voto secreto dos congressistas nas votações de cassação de mandato. Ele leu artigo do juiz da comarca de Macapá (AP), Rui Guilherme Vasconcellos de Souza Filho, intitulado “Quando o anonimato é traição”, onde debate situações em que o uso do anonimato pode não ser justo e adequado.

O texto sustenta que o mandato é conferido pelo povo, que “espera que o outorgado cumpra a vontade dele, outorgante; ou, no mínimo, que deixe o povo saber, com toda clareza e honestidade, qual a posição que ele, parlamentar, assumiu ao votar matéria de interesse público”.

Em aparte, o senador Alvaro



Papaléo Paes leu artigo de juiz do Amapá que questiona a necessidade de anonimato do congressista em votações

Dias (PSDB-PR) apoiou a idéia e afirmou que o voto secreto para decidir pela cassação ou não de um parlamentar “é uma blindagem para aqueles que são

coniventes com a corrupção”.

O voto aberto em todas as votações no Congresso já é tema de uma campanha popular que recolhe assinaturas pela internet.

Para Ideli, Lula não acobertou Valério

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, afirmou que o esquema de arrecadação de verbas junto à administração pública montado pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza não contava com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O assunto voltou à tona depois de o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira declarar à imprensa que Valério tinha planos de arrecadar R\$ 1 bilhão durante a Presidência de Lula.

– As palavras de Sílvio são contundentes no sentido de

eximir Lula de qualquer responsabilidade sobre a situação. O que Marcos Valério desejava não teve acolhida. Houve, na verdade, ações do governo contrárias aos seus interesses – disse a senadora.

As ações a que Ideli se referiu são processos que, segundo ela, a União teria movido contra as empresas de Valério antes do escândalo do mensalão entrar na agenda pública. De acordo com a parlamentar, em 2003 teria sido cobrada uma dívida de R\$ 64 milhões em créditos tributários

e multas da DNA Propaganda, uma das agências do publicitário. Em 2004, a SMP&B, outra empresa de Valério, teria sido processada por crime contra a ordem tributária. Ela ressaltou que essas informações estão registradas no relatório final da CPI dos Correios.

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a senadora por usar as palavras de Silvinho para defender Lula, quando o presidente do PT, Ricardo Berzoini, afirmara que o ex-secretário teria “enlouquecido”.

Diante da crise, Iris quer “cruzada” em defesa da ética

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), que neste mês assumiu a vaga do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO), entende que a entrevista do ex-secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, deve provocar uma nova “cruzada” em defesa da ética no país, já que ele insinuou que o esquema do empresário Marcos Valério continuaria funcionando.

– O fermento aprofundou-se. É um câncer, um tiro no peito de um país que não conseguiu apartar de seus agentes públicos a tentação pelos desvios fáceis que torpedeiam a ética. Iris observou que, com o R\$ 1 bilhão que o PT, segundo Sílvio Pereira, pretendia angariar, seria possível combater a desnutrição infantil ou socorrer os abrigos para idosos em dificuldades. A senadora também criticou a passividade do governo frente à ocupação militar das refinarias da Petrobras na Bolívia. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) felicitaram Iris de Araújo pelo retorno ao Senado.

Suplicy reafirma convite para que Lula vá ao Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta que enviou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convidando-o a ir ao Congresso prestar esclarecimentos aos parlamentares sobre a entrevista do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira. Suplicy argumenta que embora o presidente da República só seja obrigado a comparecer ao Congresso em sua posse, para apresentar seu plano de governo, não haveria impedimento para que Lula, de comum acordo com os presidentes da Câmara e do Senado, fosse “esclarecer dúvidas dos parlamentares”.

– Considero que o presidente possa aceitar a sugestão no momento que julgar oportuno. Que seja respeitado por todos, pois nem sempre parlamentares de oposição o têm respeitado – ressaltou Suplicy, registrando a entrevista de Chico Buarque em que o artista critica os adversários do presidente pela forma preconceituosa que o tratam. Para Suplicy, a postura da oposição seria a responsável por Lula se sentir desencorajado a dialogar no Congresso.

Almeida Lima critica *O Globo* e chama entrevista de Sílvio Pereira de farsa

Para o senador Almeida Lima (PMDB-SE), a entrevista do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira não passou de uma farsa e uma manobra diversionista. Ele cobrou do jornal *O Globo*, que anunciou a entrevista como “bombástica”, uma postura mais profissional em relação ao assunto.

– Eu esperava um libelo

acusatório na entrevista, mas esbarrei numa defesa mamibembe de todos os envolvidos até agora, inclusive do próprio Sílvio Pereira, que negou até que as apurações que chegaram à camionete Land Rover que ele ganhou de presente não eram do seu conhecimento – afirmou.

O senador Mão Santa (PMDB-

PI) frisou que não iria “bater em Lula” porque Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, já o teria feito.

– É cúmplice. Não é um ano. São dez, 20 anos; é muita intimidade – disse o parlamentar, referindo-se ao longo convívio entre o presidente da República e Sílvio Pereira.

O senador José Agripino

(PFL-RN) leu em Plenário uma “Carta ao Povo”, na qual os partidos de oposição expressam apoio à decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de apresentar notícia-crime contra o presidente Lula, em decorrência de denúncias que envolvem seu governo. De acordo com a carta, a oposição se juntará a entidades sociais, parlamen-

tares, juristas e cidadãos, no Comitê da Cidadania, para fazer avançar as investigações de corrupção.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que existem razões jurídicas suficientes para o afastamento de Lula. Ele admitiu, no entanto, que não há clamor popular ou caos institucional que ensejem tal medida.

GOVERNO FEDERAL Senadores de oposição criticam políticas implementadas para saúde, saneamento e indústria

Virgílio cobra combate à malária na Amazônia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) denunciou, da tribuna, a morte de cinco crianças indígenas no Amazonas, em decorrência de malária e hepatite, segundo ele, por falta de políticas de saúde adequadas. Ele vai enviar requerimento ao Ministério da Saúde, cobrando medidas para conter o surto das doenças na região.

– O governo diz que não tem R\$ 1.200 para gastar com cada criança indígena, mas tem dinheiro para investir no governo autoritário de Evo Morales – protestou Virgílio.

O senador defendeu que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) seja dotada de meios e condições de prevenção de doenças na Amazônia. Ele teme que a malária se alastre pela área, onde estão concentrados

três mil indígenas, segundo a preocupação manifestada pelo Conselho Indígena do Vale do Javari.

Gasoduto Coari-Manaus

Virgílio lembrou ao Plenário que o novo comandante militar da Amazônia, general Francisco Roberto de Albuquerque, disse que o Exército está em condições de “levar avante” a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Virgílio recordou que incluiu no Orçamento deste ano R\$ 110 milhões para a Petrobras construir o gasoduto, “solução energética” para o estado. A proposta que levou ao Orçamento, votado há um mês, “foi uma tentativa de reparar uma tungada de R\$ 110 milhões ocorrida durante



FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

Virgílio denuncia descaso com crianças indígenas doentes

a votação de créditos especiais no Congresso”, no fim de 2005.

– Tungaram e, depois, o governo prometeu que haveria uma reparação, que não houve. Tive de enduerecer o jogo na hora da votação do Orçamento – explicou, salientando a importância da obra.

Mão Santa: lucro dos bancos é recorde

Em discurso no qual voltou a criticar a política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva favorável aos bancos, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o Bradesco lucrou em duas semanas valor equivalente ao que o governo federal investiu em saneamento em um ano, cerca de R\$ 250 milhões.

Conforme dados citados pelo senador piauiense, o lucro do Bradesco no primeiro trimestre de 2006 foi de R\$ 1,53 bilhão, “o maior já obtido na história do sistema financeiro do país num trimestre, enquanto o investimento do governo no saneamento de aproximadamente 5.600 municípios pode ser considerado um número pífio”.

Segundo Mão Santa, diante de um cenário tão favorável para atividades lucrativas das instituições financeiras, dentro do qual um banco lucra até R\$ 500 milhões por mês, está a constatação de que “o PT é realmente o partido dos banqueiros”.

– Ainda se fosse um governo de capitalistas, mas um governo do Partido dos Trabalhadores, de quem eles sugam seis meses de trabalho em impostos anuais e em juros? – indagou Mão Santa, reafirmando seu protesto contra a maneira “anti-democrática e desonesta” com que Lula conduz sua administração.

Mão Santa também condenou a pesada carga tributária e as altas taxas de juros.

Osmar adverte para perda de competitividade da indústria

Osmar Dias (PDT-PR) advertiu a equipe econômica do governo para a perda de competitividade da indústria brasileira no exterior. O senador citou dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e da Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (Funcex), que apontam queda de 40% na competitividade dos produtos brasileiros nos Estados Unidos e na União Européia, entre 2002 e 2006.

O parlamentar atribuiu esse resultado à política cambial adotada em 1999 e mantida inalterada pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de valorizar o real perante o dólar.

Pavan: TCU vê problemas na Operação Tapa-Buracos

Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou que o Tribunal de Contas da União (TCU) descobriu uma série de irregularidades no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse) – a Operação Tapa-Buracos –, lançado pelo governo federal no fim do ano passado.

Pavan citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual “o parecer de Augusto Nardes, ministro do TCU e relator do assunto, aponta casos de custos superestimados, uso de material de baixa qualidade e falta de fiscalização”.

Heráclito suspeita de irregularidades praticadas pela direção da Previ

Heráclito Fortes (PFL-PI) quer que o Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Previdência Complementar e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinem documentos recentemente assinados pela atual direção da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que, segundo ele, demonstrariam o comprometimento do patrimônio da Previ em favor do BB.

Pela denúncia, a direção da Previ também tem forçado sindicatos a desistirem de mandados de segurança – já julgados –, que tornam sem efeito a transferência de R\$ 2,3 bilhões das reservas da Previ para capitalizar o Banco do Brasil.

Viana elogia adoção de terapias alternativas

A edição de portaria pelo Ministério da Saúde, semana passada, estabelecendo a Política Nacional de Práticas Integradas e Complementares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), foi elogiada em Plenário pelo senador Tião Viana (PT-AC). Segundo explicou, a medida viabilizará a integração entre a medicina tradicional e outras práticas milenares na área de saúde, como acupuntura, homeopatia e fitoterapia.

Tião Viana afirmou ser essa uma reivindicação antiga do movimento sanitário brasileiro, sintonizada com diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dispositivos da Constituição federal e da Lei 8.080/90,

que instituiu o SUS. Na sua opinião, essa nova sistemática representa uma visão mais ampla e adequada no tratamento dos pacientes, que, tradicionalmente, costuma estar focado no sintoma das doenças.

– O sistema de saúde público passará a ter uma visão integral, colocando-se políticas de prevenção e proteção do indivíduo em uma perspectiva mais atual e inteligente – avaliou Tião Viana.

De acordo com o senador petista, o ponto crucial do sistema público de saúde, hoje, é seu financiamento. Conforme comentou, a União aplica anualmente R\$ 191 *per capita* em saúde.

Fátima comemora decreto de remédios fracionados

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou o presidente Lula, em Plenário, pelo decreto presidencial que determina a expansão da venda de medicamentos fracionados. O objetivo é facilitar o acesso do consumidor a remédios nas quantidades de que necessita, evitando, assim, gastos desnecessários.

A senadora explicou que a obrigatoriedade de os laboratórios produzirem e venderem remédios fracionados, segundo norma estipulada pelo decreto, será submetida a discussão e votação do Congresso Nacional, pela alteração de dispositivos na

Lei 6.370/76.

Fátima Cleide informou também que o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgarão a lista dos medicamentos fracionados e dos locais onde eles poderão ser encontrados, além de campanhas de esclarecimento ao público e aos profissionais de saúde.

Fátima destacou ainda, em seu discurso, a realização, em Porto Velho, do Encontro de Comércio Exterior, que, segundo a senadora, se constitui em oportunidade de acesso ao comércio externo para micro e pequenos empresários locais.



Fátima Cleide

Ideli: lei faz justiça aos profissionais de educação

A sanção da Lei 11.301/06 – que trata das funções do magistério – foi destacada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela frisou que, “quando se trata de educação, não se pode considerar apenas os professores que estão em sala de aula, pois além deles há todo um conjunto de profissionais que atuam na unidade escolar, sem os quais a educação não obtém um nível de qualidade adequado”. – É uma lei bastante singela, mas que faz justiça a uma luta de muitos anos do magistério brasileiro – declarou a senadora.

Serys sugere MP para elevar fatia dos municípios

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu que, em face das necessidades emergenciais comuns à maioria dos 5.564 municípios brasileiros e da demora na tramitação, na Câmara dos Deputados, do projeto que aumenta em 1 ponto percentual a parcela da arrecadação federal que compõe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o presidente Lula edite imediatamente medida provisória instituindo esse aumento, segundo ela uma promessa do governo.

PROPAGANDA - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou propagandas do governo federal em relação aos resultados do programa Bolsa Família no Pará, aos investimentos realizados na recuperação de rodovias estaduais e à ampliação da capacidade de geração de energia da Hidrelétrica de Tucuruí.

SILVINITA - Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou o processo de licitação – que vem sendo realizado pela Petrobras – para a exploração de silvinita no Amazonas. Estima-se que o estado possua as maiores jazidas nacionais desse minério. Da silvinita se extrai o cloreto de potássio, que é utilizado como fertilizante.

VERBAS DA CIDE - João Alberto Souza (PMDB-MA) sustentou em discurso que o Congresso deve fiscalizar, por intermédio do TCU, as aplicações da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como “imposto dos combustíveis”, uma vez que “nem sempre o dinheiro é usado na construção e recuperação de rodovias”.

PARAÍBA - José Maranhão (PMDB-PB) enviou requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a situação fiscal da Paraíba. Ele quer saber como está a execução do Programa de Ajuste Fiscal na Paraíba, já que foi noticiada uma multa imposta pelo Tesouro Nacional ao estado por descumprimento das metas.

SUFRAMA - Gilvam Borges (PMDB-AP) cobrou a realização de concurso público para suprir o quadro de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Para Gilvam, a estrutura de recursos humanos da Suframa não evoluiu com o órgão, que, apesar das várias atribuições, teria hoje apenas 845 funcionários.

CRISE NO CAMPO Senadores manifestam em Plenário apoio ao movimento dos produtores rurais brasileiros

Governo pode criar fórum permanente da agricultura

Serys Shessarenko (PT-MT) anunciou que o Ministério da Agricultura poderá criar um fórum permanente da agricultura. A sugestão foi apresentada em audiência no ministério, com a participação de políticos e agricultores de Mato Grosso, na terça-feira, quando foi discutida a crise agrícola nacional e as formas de minimizar os problemas enfrentados pelos produtores rurais. Para Serys, a saída passa pela redefinição da política agrícola e pelo fim de um modelo baseado na monocultura.

Segundo informou, os agricultores de Mato Grosso reivindicam uma política agrícola que lhes permita produzir com tranquilidade. Após apontar a liderança de seu estado na produção de soja e algodão *in natura* para exportação, Serys



FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

Serys: sugestão foi feita em reunião de agricultores no Ministério da Agricultura

ponderou que, se houvesse beneficiamento desses produtos, os ganhos dos produtores seriam maiores.

A parlamentar lembrou ser essa a terceira crise agrícola que ela acompanha, desde sua chegada ao Senado, em 2003.

Lúcia Vânia sugere diálogo com agricultores

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), presidida por Sérgio Guerra (PSDB-PE), promova uma audiência pública com os produtores rurais, preliminar à uma grande manifestação da categoria marcada para esta terça-feira, em Brasília.

Falando em nome dos produtores rurais de Goiás, a senadora lembrou mobilização realizada em 2005, que resultou na divulgação da "Carta do Centro-Oeste", encaminhada ao presidente da República com as reivindicações do setor.

– Passados 14 meses, o governo continua a se mostrar insensível aos apelos dos produtores. Lula fez foi rasgar o documento a ele encaminhado – disse.

A parlamentar pediu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de que defenda a derrubada do veto do presidente Lula à lei que repactua as dívidas dos produtores rurais da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Lúcia Vânia pediu ainda que Renan atue em favor da abertura de negociações entre o Legislativo e o governo, objetivando reverter a crise que atinge o agronegócio no Brasil.

Para a senadora, a manifestação de terça-feira deve ser aproveitada para o início do diálogo.

– Essa seria uma boa oportunidade de os parlamentares ouvirem a categoria – afirmou a senadora.

Iris alerta para a gravidade da situação do campo

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) alertou que a agricultura brasileira passa por situação dramática. Ela registrou que, na semana passada, os produtores de Goiás realizaram uma série de mobilizações com o objetivo de sensibilizar o país para o problema.

– A partir da iniciativa de Goiás, a expectativa é que, gradativamente, todo o país seja tomado por sucessivas mobilizações em cada um dos estados, até a consolidação de um grande movimento unificado a ser coordenado pela Confederação Nacional da Agricultura – disse.

Essa seria a única saída para uma situação que, para Iris de Araújo, se torna a cada dia insustentável e que poderá chegar ao colapso, em razão dos juros das dívidas agrícolas, considera das impagáveis.

Valadares apóia protesto de agricultores do Nordeste

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou em Plenário o protesto dos agricultores do Nordeste, que bloquearam a BR-101, entre os estados de Alagoas e Sergipe, para solicitar a renegociação de suas dívidas.

Valadares observou que, desde 1995, em sucessivos planos econômicos, os produtores rurais “tiveram suas dívidas infladas pelas armadilhas que lhes foram impostas pelos bancos”.

O senador alertou para a necessidade de uma solução rápida para a questão, tendo em vista que a agricultura responde por mais de 30% do produto interno bruto (PIB). Ele pediu empenho na apreciação da Medida Provisória 285/06, que trata da renegociação da dívida dos produtores do Nordeste.

Crise do setor rural preocupa Alvaro

Um governo que não entende a agricultura, que não reconhece a importância do agronegócio para o desenvolvimento nacional, não é digno de ser considerado governo, afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao chamar atenção para a gravidade da crise que atinge os produtores rurais do país. Ele informou que os protestos contra as políticas econômica e agrícola do governo, iniciados em Mato Grosso, continuam ganhando adesões e já chegaram a Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Segundo Alvaro, a queda de renda do setor rural em 2005 chegou a R\$ 16,6 bilhões. Ele explicou que as causas para o resultado negativo foram a perda da produção física das lavouras,

o seguro rural incipiente, o aumento dos estoques mundiais que reduziram os preços das commodities e o câmbio desfavorável, com a valorização do real em relação às principais moedas.

– As taxas de câmbio e de juros praticadas pelo governo ajudaram a erodir a renda rural. O câmbio valorizado derrubou os preços recebidos pelos produtores. Enquanto os produtores compraram insumos com base no dólar mais caro, a produção foi comercializada com a moeda americana desvalorizada – afirmou.

O empobrecimento no campo, na avaliação do senador, provocou reflexos nas cidades,

com aumento do desemprego e crescimento da violência. No Paraná, exemplificou, o número de empregos gerados no ano passado, em comparação com 2004,

representou queda de 41%. Curitiba e Foz de Iguaçu, disse, passaram a ser relacionadas entre as dez cidades mais violentas do Brasil com mais de 100 mil habitantes.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) declarou que os produtores de Roraima têm um problema adicional: a decisão do governo de expulsar os não-índios da reserva Raposa Serra do Sol. O senador lembrou que os produtores de soja e arroz instalados na área são responsáveis por 30% do PIB do estado.

“Taxas de juros e de câmbio ajudaram a erodir a renda do agricultor”

Osmar Dias teme “atoleiro sem volta”

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou o governo pela “absoluta falta de visão” e pelo não-cumprimento das promessas feitas ao setor agrícola. Ele destacou, por exemplo, o seguro da produção rural e a garantia do preço mínimo, que teriam sido bandeiras de campanha do presidente Lula, mas que, no entanto, não teriam sido implantados.

A crise do segmento, que, segundo o senador, atinge não apenas os agricultores, mas também comerciantes, industriais

e vários outros ramos conexos, pode, “descambar para um atoleiro sem volta”.

Osmar comparou a situação dos pequenos proprietários à da Petrobras, que teve suas refinarias na Bolívia expropriadas pelo governo daquele país. Para ele, o governo brasileiro está agindo de forma omissa nos dois casos.

– Do jeito que as coisas andam, ou os produtores pagam para plantar ou não plantam, não pagam suas dívidas e são desapropriados, enquanto o

presidente Lula não faz nada – comentou.

O parlamentar pediu que o governo respeite e dialogue com os produtores rurais, que, segundo observou, foram abandonados pelo governo, que não reconhece a sua importância para a economia brasileira.

– O presidente e sua equipe econômica perderam a noção do que significa o setor primário para o país – concluiu, observando que a agricultura emprega 37% dos trabalhadores do Brasil.

Juvêncio aponta falta de sensibilidade do governo

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) advertiu da tribuna que o governo, “em sua insensibilidade”, não está percebendo que a crise enfrentada pelos produtores rurais poderá se espalhar pelo país, gerando desemprego e paralisia econômica.

– Quando o campo vai bem, a cidade vai bem. Quando o campo vai mal, a cidade vai mal, havendo a seguir queda de vendas, de renda, de emprego e de crescimento do país – alertou o senador. Para ele, “a nação pode

entrar em colapso” se o governo não tomar medidas efetivas para socorrer os agricultores.

O parlamentar deu total apoio aos protestos dos produtores contra “a falta de uma política agrícola”. Observou que os agricultores “vêm fechando estradas, mas não saqueando caminhões, mas fazem os integrantes do MST”.

– Esse governo tem de entender que o agronegócio, que o MST quer destruir, é o pão de cada dia na mesa do brasileiro,



Crise pode se espalhar para outros setores, adverte Juvêncio da Fonseca

é a tranquilidade da balança comercial, pois traz dólares para equilíbrio das contas externas.

Mestrinho critica criação de áreas protegidas

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) voltou a criticar a forma como o governo federal conduz o processo de demarcação de terras na região amazônica para criação de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Só na gestão Lula, informou, foram definidos por decreto 8,4 milhões de hectares de áreas protegidas e 9,3 milhões de hectares de reservas indígenas. Além de acusar o poder público de impor essas iniciativas sem consulta à população local, o senador afirmou que tais ações desrespeitam a legislação sobre o assunto. Para ilustrar seu protesto, Mestrinho tomou como exemplo o Amazonas, que reúne 18% do território nacional, mas tem apenas 20% de suas terras liberadas para exploração produtiva.

Jucá: Incra vai regularizar terras em Roraima e Amapá

Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou a intenção do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de adotar os procedimentos para regularização fundiária de propriedades em Roraima e no Amapá. Segundo informou, esse processo poderá ser realizado por meio de cessão de uso ou por titulação definitiva, sendo esta a opção que considera mais adequada para os dois estados.

– A prioridade é a titulação, pois esse foi o compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – afirmou.

Jucá assinalou ainda a importância de aprovação de MP, da qual foi relator, para a superação de entraves no processo de regularização fundiária.

HOMENAGEM Renan, presidente da República interino, e Ellen Gracie, presidente do STF, participam de solenidade

José Sarney, Renan Calheiros, Tião Viana, Ellen Gracie e Antonio Carlos na mesa da sessão especial; ao lado, senadores ouvem o Hino Nacional em Plenário

Senado celebra 180 anos de existência

O Senado comemorou com uma sessão especial, na quinta-feira, seus 180 anos de existência, completados no último dia 6. Foram convidados para a solenidade, além dos 81 senadores da atual legislatura, 96 ex-senadores e os dez ex-servidores mais antigos da Casa.

A sessão especial foi aberta pelo vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC). Compuseram também a Mesa

Renan Calheiros, na condição de presidente da República em exercício, dois ex-presidentes do Senado – José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) –, além da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie.

Segundo José Sarney, poucos parlamentos do mundo têm tanto tempo de vida: na América, apenas os do Brasil e dos Estados Unidos. O senador destacou

ainda que o Brasil é um país que tem a história marcada pelas instituições políticas.

– Fomos feitos sob a égide do poder político e não com batalhas, como os países da América espanhola – destacou Sarney.

Tião Viana, na presidência do Senado, afirmou que a Casa “é um orgulho para a democracia brasileira” e lembrou que a história do Senado é escrita por todos os que o ocupam.

Renan: equilíbrio nos momentos de crise

No exercício da Presidência da República em razão da viagem do presidente Lula a Viena, Renan Calheiros discursou na celebração dos 180 anos do Senado, ressaltando a importância da Casa nos momentos de crise.

Renan afirmou que, nas ocorrências de ruptura democrática, o Senado sempre representou o equilíbrio e soube reclamar a autonomia entre os Poderes, o respeito à oposição e vigência dos direitos e das garantias individuais. E sublinhou que a Casa não mostrou hesitação na

Revolução de 30, durante o Estado Novo, na morte de Vargas, na implantação do parlamentarismo, nem na instauração do regime militar.

– Já nos momentos de renovação, particularmente nas constituintes de 1946 e de 1988, o país contou com a colaboração decisiva do Senado para que os ideais de justiça social e de engrandecimento nacional prevalecessem. As eleições de 1974 foram outro marco, quando a oposição, reunida em torno do Movimento Democrático Brasi-

leiro, embrião do atual PMDB, conquistou 16 das 22 cadeiras em jogo no Senado – destacou.

O presidente interino da República reafirmou a solidez da democracia, que se manteve inabalável frente à “avalanche de denúncias que indignaram o país”. As investigações de irregularidades, declarou, são conduzidas de forma isenta e rigorosa, tendo as comissões parlamentares de inquérito contado com seu apoio, sem que, em razão disso, a Casa deixasse de cumprir seu papel de legislar.

Sarney lembra senadores que comandaram o país

Ao enaltecer os 180 anos de criação da Senado, José Sarney, ex-presidente da República e do Senado, lembrou que dos quadros da Casa saíram homens que comandaram o país, como Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Getúlio Vargas, Café Filho, João Goulart e Fernando Henrique Cardoso. Sarney saudou o fato de o atual presidente da Casa, Renan Calheiros, participar da solenidade no exercício da Presidência da República, em virtude de viagem do presidente Lula.

– É com alegria que vejo na Presidência da República um político de tão grandes virtudes e de inteligência apurada, que desenvolve suas atividades com dignidade, correção e espírito público – finalizou, ao homenagear Renan.

Suplicy ressalta o debate de idéias entre opositores

Ao falar pela liderança do PT na sessão especial que comemorou os 180 anos do Senado, Eduardo Suplicy (SP) disse que é importante a interação entre os senadores de diferentes experiências e partidos. Para ele, o convívio com parlamentares que já foram presidentes da República, ministros de Estado ou governadores pode ser rico pelo contraste dos variados pontos de vista. Suplicy recordou episódio de 1991, em que, como único representante do PT, pôde expor suas idéias sobre um programa de renda mínima a parlamentares de outros partidos, como Marco Maciel, do PFL.

Cristovam lembra dia em que senadores receberam flores

Ao recordar 180 anos de história do Senado, Cristovam Buarque (PDT-DF) mencionou o dia 13 de maio, em que foi assinada a Lei Áurea, quando os senadores ganharam uma “chuva de flores” do povo. Para ele, porém, ainda falta completar a abolição e a República, já que os próprios senadores se autodenominam

“nobres senadores” e não “cidadãos senadores”, disse.

Cristovam assinalou que, enquanto houver pessoas marginalizadas e uma “classe imperial”, não haverá de fato abolição e República.

– É hora de completar a tarefa e assumirmos compromisso com a agenda social do nosso país – afirmou.

“Esta é uma Casa para quem sabe amá-la”, diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que o Senado é uma Casa para os que realmente têm a vocação de amá-la e não para aqueles que adquirem mandato de senador sem vocação política. Virgílio disse que parlamentares denominados por ele de “improvisados” não subsistem à história e serão avaliados e esquecidos pela população.

O parlamentar declarou ainda que é preciso que a população ame o Parlamento. Para Virgílio, o Congresso não enfrenta crises, mas é o seu processo de funcionamento que cria os colapsos e a desvalorização dos políticos.

Para Agripino, é o Poder mais aberto à sociedade

Durante a sessão especial de aniversário do Senado, o líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que o Legislativo é o Poder mais aberto aos anseios da população. As convocações de ministros de Estado e a instalação de CPIs, disse, são instrumentos que aproximam o Parlamento da sociedade.

Agripino lembrou episódios marcantes da história do Brasil que tiveram início no Senado, como a abolição da escravatura. Segundo informou, a ação do então senador João Alfredo Corrêa de Oliveira foi fundamental para que a princesa Isabel assinasse a Lei Áurea.

Senado tem importante papel na crise, registra Alvaro Dias

Para o líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), no Senado a República revela uma de suas vertentes mais expressivas. Ao citar a *Oração aos Moços*, de Rui Barbosa, patrono da instituição, o parlamentar afirmou que o Senado precisa cumprir papel

moralizador na atual crise política do país.

– No epicentro da crise moral e ética que se abateu sobre o país, o Senado vem desempenhando um papel relevante em prol do restabelecimento da legitimidade das instituições nacionais – frisou.

Suassuna destaca serviços relevantes

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), destacou que há quase dois séculos o Senado presta relevantes serviços ao Brasil e ao povo brasileiro.

– O que é importante lembrar é que esta é uma Casa que luta pelos valores democráticos e pela justiça social, para que esta terra cumpra seu ideal de grande nação – assinalou.

Crivella fala do espírito federativo da instituição

Marcelo Crivella (RJ), líder do PRB, afirmou que foi na instituição que nasceu o espírito federativo do Brasil. Ele lembrou que a instalação da primeira sede do Senado foi no Rio de Janeiro e, como representante do estado, leu, em Plenário, uma canção que gravou em homenagem à instituição e que cantou, recentemente, em um programa de televisão.

Malta lamenta que corrupção iguale todos

O líder do PL, senador Magno Malta (ES), lembrou que as questões mais importantes do país passam pelo Senado. Ele lamentou, no entanto, que as denúncias de corrupção empurrem todos os parlamentares para uma vala comum, como se todos fossem iguais.

– Espero que os 180 anos do Senado sirvam como força revigorante para todos os de bem – desejou.

Serys aponta presença feminina limitada

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou a participação das mulheres no Senado. Ela lembrou que a primeira senadora foi eleita somente em 1979 e que ainda hoje é pequena a participação das mulheres no Parlamento: somente 45 entre 513 deputados federais e dez entre 81 senadores.

– Ainda temos muito que fazer; muito há que avançar – salientou.

HOMENAGEM Sessão especial pelos 118 anos da Lei Áurea reúne apelos por melhor situação para os negros no Brasil

Simon defende combate radical ao racismo

As decisões governamentais para combater o racismo deveriam ser mais radicais, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) durante a sessão especial em homenagem aos 118 anos da abolição da escravatura, realizada na sexta-feira. Segundo o senador, em Brasília, por exemplo, ele não vê negros trabalhando nos *shopping centers* da cidade.

Simon defendeu o sistema de cotas para negros nas universidades, observando que já deveria ter sido adotado há mais tempo. Ele disse defender o sistema de cotas para outros setores discriminados pela sociedade.

Ao elogiar a atuação do senador Paulo Paim (PT-RS) no Legislativo, Simon destacou que o Congresso já teve “grandes vultos”, mas, no momento, está desmoralizado perante a sociedade brasileira, enfrentando o escândalo do superfaturamento

na compra de ambulâncias com dinheiro do Orçamento, o pagamento do mensalão e a absolvição dos deputados envolvidos com corrupção.

– O Congresso vive a hora mais escura de sua história – observou.

Simon elogiou o povo brasileiro, dizendo que é “pacífico, ordeiro e trabalhador”. Já as elites, comentou o parlamentar, “valem muito pouco, não são grande coisa”. Ele também declarou estar sem esperança quanto ao futuro político, pois já não acredita na chamada social-democracia e a justiça social que se aguardava com o atual governo não ocorreu. Além disso, qualificou o atual momento político como “o pior período que conhecemos”.

– Pensávamos que tinha chegado a nossa hora, com alguém que veio do povo, mas deu no que deu – lamentou.

Mão Santa aponta corrupção como a pior das escravidões

Na sessão especial em comemoração à abolição da escravatura, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o Brasil vive hoje a pior das escravidões: a da corrupção. Disse isso em referência a parlamentares supostamente envolvidos em fraudes e superfaturamento em licitações para compra de ambulâncias por prefeituras e entidades do terceiro setor, com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.

Outra forma de escravidão no Brasil apontada por Mão Santa é a “escravatura indecente e imoral dos juros”. O senador disse que, em 15 dias, o banco Bradesco auferiu lucro de R\$ 250 milhões, mesmo valor investido pelo governo em saneamento básico nos municípios

brasileiros em um ano.

Retrospectiva da história do Brasil

Mão Santa lembrou o Brasil Colônia e disse que a divisão em capitânicas hereditárias teria sido o primeiro processo de privatização ao qual o país foi submetido. Depois, o senador falou sobre o início do processo de industrialização no Brasil Império, quando o Barão de Mauá construiu a primeira ferrovia em Petrópolis (RJ). Àquela época, a Inglaterra já havia, registrou ele, decretado o fim do tráfico negreiro. O Brasil, no entanto, acrescentou ele, necessitando de mão-de-obra gratuita e sem o aval dos jesuítas para explorar os indígenas, contrabandeava os negros africanos.

Opressão é fardo das minorias, salienta Lando

Amir Lando (PMDB-RO) fez menção a grandes nomes da história da filosofia e da arte para argumentar que, apesar de o conceito de igualdade ter sido cunhado desde que o homem aprendeu a pensar, ele não foi implementado na prática até hoje.

Segundo o senador, muitos pensadores gregos rebelaram-se contra a prática da escravidão, o que pode ser conferido no que ele chamou de primeira fábula da democracia, o “Mito de Protágoras”, em que o sentimento de justiça e o respeito ao outro são apontados como alternativa para salvar a Humanidade.

A opressão, frisou Lando, não é fardo só dos negros, mas também dos pobres, idosos, doentes e tantos outros, que não têm direito ao respeito e à dignidade.

Suassuna afirma que ainda existe escravidão de fato

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que, apesar de a escravidão de direito já ter acabado, ela ainda existe de fato em muitos países, inclusive no Brasil. Mesmo assim, para Suassuna, é preciso comemorar a assinatura da Lei Áurea porque ela “representa um avanço a ser reconhecido”.

– Seria injusto de nossa parte, ao contemplarmos o que foi o desenrolar da história do mundo em séculos e milênios, não reconhecer esse avanço. O líder do PMDB também destacou que, apesar de as pessoas negras ainda sofrerem discriminação, elas hoje já são mais conscientes e organizadas sobre seus direitos. Suassuna ainda prestou uma homenagem aos auditores do Ministério do Trabalho pelo sucesso na fiscalização do trabalho escravo.

Cristovam: abolição completa está por vir

Autor do requerimento para a realização, na última sexta-feira, de sessão especial para comemorar a abolição da escravatura, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), primeiro orador da cerimônia, afirmou que a abolição está incompleta. Em sua opinião, para que ela seja concluída, o Brasil deve investir prioritariamente em educação e infra-estrutura.

Cristovam disse que pediu a sessão especial não para comemorar a data, mas principalmente para que houvesse um momento de reflexão sobre a situação dos negros no Brasil. O senador considera que a emancipação da população negra brasileira não ocorrerá por meio da política econômica. Segundo ele, o crescimento econômico leva a aumento de renda, mas não há distribuição adequada das riquezas.

– Foi um passo não obrigar as pessoas a

trabalharem nem permitir que fossem vendidas, mas foi insuficiente porque elas foram jogadas no desemprego. Foi um passo desacorrentar os escravos das senzalas, mas elas foram jogadas para dormir nas calçadas. Foi um passo pequeno – observou.

Cristovam assinalou ainda que o Senado teve papel importante na aprovação da Lei Áurea, mas, para ele, a lei que libertou os

escravos deveria também incluir a obrigatoriedade de o Estado reservar um pedaço de terra para que eles pudessem trabalhar.

O senador também lembrou que, na aprovação da Lei Áurea, o povo jogou flores nos senadores. Ele disse que os parlamentares atualmente não dão motivos para que a população jogue flores neles e, confessou, sente falta de recebê-las.



Cristovam considera que abolição da escravatura só estará concluída quando o Brasil investir prioritariamente em educação e infra-estrutura

FOTOS: JOSÉ CRUZ

Bandeira da inclusão tem apoio, diz Paim

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a batalha entre os que defendem os princípios abolicionistas e os escravocratas ainda continua, apesar de a escravidão já ter sido oficialmente abolida há 118 anos. Ele criticou os que se posicionam contra o Estatuto

da Igualdade Racial e as políticas de inclusão, como as cotas em universidades.

– Os conservadores dizem que as ações compensatórias são um erro e nós discordamos. O que alimenta o conflito entre os seres humanos é manter o *status quo*, que só dá ao negro o direito de ficar quietinho nas favelas – disse.

Paulo Paim destacou que sua bandeira – a da inclusão por meio de leis que beneficiem as minorias – recebe expressivo apoio das pessoas que enviam correspondência ao seu gabinete. Segundo ele, de cada cem correspondências,

95 são a favor da luta contra os preconceitos e do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado no Senado no ano passado e que aguarda o exame da Câmara.

O senador ressaltou que a discriminação existe, sim, no Brasil, e que os negros brasileiros estão pelo menos um século atrasados em relação aos norte-americanos em qualidade de vida. Ele citou nomes representativos na luta contra a discriminação, tanto no passado, como os de Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rui Barbosa, José do Patrocínio, José Mauro Rebouças e Antônio Bento, quanto no presente, como os de Abdias do Nascimento e Frei Davi. Também homenageou a ex-senadora Benedita da Silva, “doméstica, favelada, negra, mulher, vereadora, deputada, senadora e governadora do Rio de Janeiro”.



Segundo Paim, há grande apoio à luta contra preconceitos e ao Estatuto da Igualdade Racial

Para Sarney, maior dívida é com a raça negra

José Sarney (PMDB-AP) afirmou que, a seu ver, a maior dívida brasileira é com a raça negra. Para o senador, a escravidão é “uma mancha na história do país”, principalmente pelo fato de o Brasil tê-la mantido até o final do século 19, época em que quase todos os países do mundo já haviam abolido a prática.

Sarney, que foi autor, em 1999, do primeiro projeto de lei que destinou cotas para afrodescendentes em vestibulares e concursos públicos, cobrou de seus pares atitudes concretas para a promoção da ascensão da raça negra, ressaltando que

a causa não merece apenas discursos. Ele lembrou que, à época de seu mandato de presidente da República, pôde criar a Fundação Cultural Palmares – entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, destinada a promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes

da influência negra na formação da sociedade brasileira.

– Veio da África a maior parcela do que constitui a identidade do povo brasileiro: a

cultura da alegria, do carnaval, do futebol, do botequim, da convivência, da paz – disse.

O senador lembrou ainda diversos nomes que marcaram

A escravidão é uma mancha na história do Brasil, afirma Sarney

a história na luta do abolicionismo, destacando a trajetória de Joaquim Nabuco. Nobre de nascença, conviveu, frisou Sarney, com negros no engenho Massangana, o que o sensibilizou a lutar pelo fim da escravidão. Político e advogado, Nabuco é considerado o mentor intelectual do abolicionismo.

PROJETOS

Regras mudam penas por crime hediondo

Após 16 anos da Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), tramitam no Senado projetos sobre o regime inicial de cumprimento de pena e as condições de progressão para padrão mais brando. São hediondos, entre outros, os crimes de latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro e envenenamento de água potável, substância alimentícia ou medicinal.

A lei previa execução integral da pena em regime fechado, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em fevereiro que isso é inconstitucional, por ferir o princípio da individualização da pena.

A decisão, para Demostenes Torres (PFL-GO), concedeu a autores de crimes hediondos o mesmo tratamento dispensado a



Demostenes Torres quer assegurar prisão para autor de crime hediondo

criminosos comuns, daí ter apresentado projeto para corrigir o vício de constitucionalidade, mas assegurar o princípio alterado

pelo STF. Incluído na pauta da CCJ, ele estabelece cumprimento inicial da pena em regime fechado, com transferência para regime aberto, semi-aberto ou livramento condicional por decisão do juiz, depois de cumprida pelo menos metade da pena (PLS 48/06).

Magno Malta (PL-ES) também prevê regime fechado no início da pena, podendo ser flexibilizada após no mínimo dois terços cumpridos (PLS 59/06). Já o senador licenciado Hélio Costa propõe livramento condicional a condenados por crimes hediondos, tráfico de drogas e terrorismo após o cumprimento de mais de quatro quintos da pena.

Simon sugere impugnação de candidato sob suspeita

Proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), assegura a qualquer filiado de partido político a possibilidade de impugnar a candidatura a cargo eletivo majoritário de um de seus membros sobre o qual haja suspeita quanto à lisura ou ao decoro (PLS 290/05).

O projeto prevê que os estatutos partidários poderão incluir a possibilidade de impugnação por parte de um filiado, “mediante representação fundamentada em que se apontem os motivos capazes de tornar o interessado incompatível com a honra, a

dignidade e o decoro do cargo, ou ainda em razão de prática de ato de improbidade administrativa”.

Segundo Simon, no contexto de uma democracia representativa, “as agremiações partidárias têm um compromisso com a sociedade e a própria democracia, no sentido de assegurar que os postulantes a cargo eletivo, nomeadamente aqueles que concorrem a disputas majoritárias, ostentem um passado probado e de ilibada reputação”. Simon ressalta que já havia apresentado projeto com o mesmo objetivo anos antes (o PLS 127/97), mas, “na época, infelizmente não prosperou”.

Antero propõe controle sobre doações eleitorais

Para impedir procedimentos irregulares entre poder público e empresas privadas, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto vedando contribuições para campanhas eleitorais por parte de empresas que tiverem sido contratadas, mediante dispensa de licitação pública, pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal.

Pelo projeto (PLS 11/06), essas empresas, a partir de um ano antes da realização do primeiro turno das eleições, ficarão impedidas de fazer doações para campanhas eleitorais em todo o território nacional, para candidatas a qualquer cargo eletivo.

Antero Paes de Barros lembra o caso da chamada operação tapaburacos, cujas obras de recuperação de rodovias federais foram contratadas sem licitação, em ano eleitoral, e sobre as quais já há suspeitas de irregularidades.

Segundo o senador, o projeto pode impedir que “casuísmos gerenciais” como a operação nas rodovias permitam que a dispensa de licitação seja transformada em expediente de abastecimento do caixa dos partidos durante o processo eleitoral. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Dedução no IR para financiamento de casa própria

Parcela do valor pago na aquisição de imóvel residencial por meio de financiamento poderá ser deduzida do Imposto de Renda Pessoa Física, de acordo com projeto apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). A proposta tramita na CAE, para decisão terminativa.

Conforme o projeto (PLS 80/06), o contribuinte poderá deduzir do Imposto de Renda até 30% dos valores pagos no ano-calendário para aquisição, em seu nome, de imóvel residencial, novo ou usado. Para obter a dedução, a pessoa terá de comprovar que não foi proprietária de nenhum imóvel urbano – residencial ou comercial – nos dez anos anteriores à data de aquisição do imóvel residencial mediante financiamento junto às construtoras, instituições financeiras, consórcio de imóveis ou Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Crivella diz que a proposta beneficiará “aqueles que realmente necessitam de financiamento para conquistar o sonho da casa própria”, além de contribuir com a geração de emprego e renda no setor imobiliário.

Violação de normas científicas pode ser punida

Motivado por denúncias de uso de moradores de comunidades ribeirinhas como cobaias em pesquisas sobre a malária no Amapá, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe punição administrativa e penal ao pesquisador que violar normas estabelecidas para estudos científicos que envolvem seres humanos. Pela proposta (PLS 78/06), o pesquisador, o patrocinador e a instituição serão co-responsáveis pela indenização devida às “cobaias humanas” por eventuais danos ou prejuízos.

O assunto já é regido por normas do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), mas Cristovam quer aprimorar

a legislação.

O projeto determina que, em caso de violação das normas vigentes, o pesquisador, o patrocinador e a instituição que realiza a pesquisa serão responsabilizados pelo Conep, que deve acompanhar e fiscalizar as pesquisas. As punições podem variar de advertência e suspensão da pesquisa e recolhimento do material até a perda dos recursos repassados à instituição e multas – de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão, com cobrança em dobro nas reincidências.

A proposta deve tramitar nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação (CE), nesta última em decisão terminativa.

Proposta beneficia portadores de hepatite

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) que estende aos portadores de formas crônicas de hepatite B e C os mesmos benefícios concedidos pela Lei 7.670/88 aos portadores de Aids, como licença para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão especial, auxílio-doença e reforma militar. O PLS 330/04 altera a Lei 7.670/88 e, para abranger



Ana Júlia Carepa

os servidores públicos, modifica a Lei 8.112/90.

Ana Júlia destaca que tramitam outras propostas estendendo aos portadores de hepatite B ou C benefícios concedidos a portadores de outras doenças graves. Algumas delas isentam os portadores do pagamento do Imposto de Renda, enquanto outras tornam gratuitos os medicamentos necessários ao respectivo tratamento.

Cristovam quer universalização do ensino médio

O senador Cristovam Buarque apresentou projeto (PLS 6/06) determinando a universalização do ensino médio. Com um fluxo regular, o ensino médio deve atender a cerca de 35% das matrículas do ensino fundamental. Hoje, o total de alunos matriculados no ensino fundamental público é de 39 milhões, afirma o senador. A universalização do ensino médio, além de importante para a modernização do país, justificou, “pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional”. O projeto terá decisão terminativa da Comissão de Educação (CE).

Incentivo a doações para programas habitacionais

As empresas que doarem material de construção a programas governamentais de habitação popular podem vir a obter dedução de até 5% no imposto devido, conforme projeto (PLS 35/06) da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decisão terminativa sobre a matéria. Maria do Carmo justifica que o país tem um déficit de 6,5 milhões de moradias, número que a cada ano é aumentado em 400 mil. Ela aponta ainda que 92% desse déficit estão concentrados em famílias com renda inferior a cinco salários mínimos.

RECOLHIMENTO - Para garantir que os empregados acompanhem o recolhimento de suas contribuições ao INSS – uma obrigação do empregador –, projeto que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) permite que o trabalhador solicite, a qualquer momento, extrato das contribuições feitas em seu nome. A proposta (PLS 10/06), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), também obriga as empresas a comunicar mensalmente aos seus empregados os valores recolhidos.

INCLUSÃO - Projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) acrescenta ao Código de Processo Civil a previsão de recesso forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Nesse período, serão suspensos os prazos processuais e as sessões de julgamento ou audiências só poderão ser realizadas quando tiverem caráter cautelar e urgente e forem requeridas por qualquer das partes. O projeto (PLS 39/06) terá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

GESTO OBSCENO - O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou proposta (PLS 87/06) que modifica o Código de Trânsito Brasileiro para que sejam punidos os condutores que, ao volante, fizerem gestos obscenos ou injuriosos a outro motorista ou pedestre. A atitude será considerada infração média, sujeita a multa. Com a inclusão da infração no Código de Trânsito, o delito poderá ser tratado administrativamente. O projeto está na CCJ, aguardando emendas, e receberá decisão terminativa.

CELEBRAÇÃO - Projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE) institui 2008 como o Ano Internacional Machado de Assis, no centenário de falecimento do escritor, ocorrido no dia 29 de setembro de 1908 (PLS 187/05). Para Marco Maciel, a vida de Machado de Assis merece ser mais conhecida e sua obra mais divulgada e discutida, já que o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é exemplo de jornalista, crítico, romancista e poeta. Cabe à Comissão de Educação emitir decisão terminativa.

Voz do Leitor

ESTUDANTES

“Sugiro aos senadores de Pernambuco que lutem pela discussão, elaboração e aprovação de um estatuto do estudante.”

José Manoel dos Santos, de Surubim (CE)

OPOSIÇÃO

“Se eu tive a oportunidade de acertar e acabei escolhendo pelo erro, não devo jamais criticar quem está procurando acertar! O sujo não pode falar do mal lavado. O cidadão brasileiro não pode achar que o mensalão é algo novo, pois não é. A oposição deve mostrar propostas e não críticas destrutivas.”

Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)

VEREADORES

“A decisão do TSE em relação ao número de vereadores foi considerada constitucional, logo, acredito que não é preciso um projeto de lei sobre o assunto. Com tanta complicação no país, estamos cansados de discursos, queremos trabalho.”

José Francisco das Graças, de Ouro Branco (MG)

PNEUS

“Quero chamar a atenção dos responsáveis pelo controle de qualidade dos pneus de caminhão. Nas décadas de 50 e 60 os pneus tinham oito lonas. Depois, para cobrar mais caro, passaram a constar dos pneus 10, 12, 14 e 16 lonas. Atualmente eles só têm quatro lonas, mas o preço está lá em cima.”

Jorge Urbano Costa, de Vigia (PA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

BR-222

“Na BR-222, trechos de Umirim (CE) a Fortaleza encontram-se precários. Recentemente, manifestações de estudantes e de lideranças políticas locais bloquearam a estrada, o que acarretou um congestionamento de caminhões. Sentimo-nos prejudicados pelo atual estado de conservação da BR.”

Alan John Aguiar Cunha, de Tianguá (CE)

AGENTES DE SAÚDE

“Acho que os senadores deveriam ver melhor a situação dos agentes comunitários de saúde, pois não temos os direitos trabalhistas garantidos.”

Rosinete Veiga de Souza, de Novo Canaã do Norte (MT)

PAULO PAIM

“Manifesto minha admiração pelo trabalho do senador Paulo Paim. Ele exerce o mandato preocupado com a situação dos aposentados e pensionistas que recebem salário mínimo. Luta, ainda, para que o salário mínimo tenha reajustes compatíveis com as necessidades dos mais humildes. Paulo Paim tem sido incansável na busca da justiça social, haja vista seu empenho na votação do PLS 58/03.”

Divino Teodoro da Silva, de Rio Pomba (MG)

POVO BRASILEIRO

“Pergunto sempre como ficará a democracia e o povo brasileiro perante as decepções e as denúncias de corrupção no governo do presidente Lula!”

Daniel Belém Falcão, de Ipueiras (CE)

Pergunte ao Senador

CORRUPÇÃO

André Luiz de Sousa Rodrigues, de Correia Pinto (SC)

“Senadora Ideli Salvatti, a corrupção que assola o país é resultado da traição do PT para com o povo? A senhora acredita que essa crise pode prejudicar sua reeleição ao cargo de senadora?”

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) responde:

Quero agradecer a você, André, pela oportunidade de tratar do tema corrupção. A corrupção é algo que está colocado no Estado brasileiro há muito tempo, e tem quase uma característica endêmica. A corrupção acaba se consolidando e passa de governo para governo, porque, infelizmente, a nossa capacidade de conseguir cercear as ações dos corruptos é muito complexa. Mesmo que você casse parlamentares ou prenda funcionários públicos, se você não identificar o interesse econômico, o que está por trás de todo o processo de corrupção, se não conseguir cercear os interesses econômicos, estará mudando apenas os personagens de uma peça que, infelizmente, acaba se repetindo. Nós tivemos na CPI dos Correios a possibilidade de aprofundar algumas investigações que reforçam o que estou dizendo. Atuando nos Correios existiam *lobbies* econômicos que funcionavam havia mais de 15 anos. E mesmo com a troca de governo, de cargos comissionados, esses interesses conseguiram perpassar quatro, cinco governos. Para nós é muito importante discutir a questão sob uma ótica diferente, não olhando apenas para o corrupto, mas procurando identificar também o corruptor. É preciso conhecer as duas pontas. Aquele que defende interesses econômicos e sempre vai procurar dar um jeitinho, tentar melhorar a vida através de um processo licitatório manipulado, conseguir passar o seu processo na frente de outro, ou mexer em alguma regra ou falsificar algum documento. Na outra ponta está o agente da corrupção, que pode ser um político ou um funcionário público. Então não dá para a gente tentar limpar apenas um dos lados. Precisamos cercear as ações dos corruptores, senão não poderemos enfrentar o problema. Eliminar a corrupção, esqueça, André, porque a gente não tem capacidade para fazer isso. Nós podemos cercear, diminuir a corrupção, mas isso significa mexer nos interesses econômicos, que são muito significativos.

Eu só tenho a lamentar que a discussão em torno da corrupção nos últimos meses tenha tomado um caminho complicado. Há petistas que podem ter se envolvido em situações ilegítimas, mas nós tivemos que ouvir muitas vezes que a corrupção nasceu com o PT. Temos que acabar com essas acusações porque a verdade não é essa.

Quanto à sua pergunta sobre os reflexos das denúncias contra o PT numa próxima candidatura minha, quero dizer duas coisas: primeiro, uma reeleição é algo distante, porque o meu mandato termina em 2011. Segundo, não tenho qualquer temor, porque tenho procurado atuar de forma firme nas investigações das CPIs, mesmo reconhecendo que, às vezes de forma muito dolorida, por estar investigando pessoas vinculadas ao próprio PT, a partir de denúncias às vezes legítimas, mas outras ilegítimas, apresentadas de forma indevida pela oposição.



Frases

“É com orgulho que reafirmamos a solidez de nossa democracia, que em nenhum momento foi abalada, mesmo com a avalanche de denúncias que surpreenderam e indignaram o país”

Renan Calheiros, no cargo de presidente da República, na sessão especial que marcou os 180 anos do Senado.

“Apesar de tudo, se o povo brasileiro quiser que esse governo de corruptos continue, paciência”

Heloísa Helena, sobre os bons resultados do presidente Lula nas últimas pesquisas.

“A pergunta que tem que ser feita ao presidente da CPI, Efraim Morais, é se ele vai transformar a CPI dos Bingos em CPI dos Correios 2 ou em CPI do Mensalão 3”

Ideli Salvatti, questionando a convocação do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira para depor na CPI dos Bingos.

“Eu tenho medo de mim mesmo”

Sílvio Pereira, aos senadores que queriam saber se ele temia por sua vida após denúncias contra o PT feitas a *O Globo*.

“A política brasileira nunca será a do porrete, será sempre a da boa vizinhança”

Celso Amorim, ao rebater críticas de que o governo não estaria agindo com rigor na questão do gás boliviano.

“Lula não admite que se diga que ele não descobriu o Brasil. Ele fez tudo”

Antonio Carlos Magalhães, após ressaltar que programas como o Bolsa Escola começaram antes de 2003.

“É deprimente tudo isso, dinheiro entrando de forma clandestina no Congresso, dentro de cuecas. Se não fizermos algo, esse Congresso cairá de podre algum dia”

Jefferson Péres, defendendo mudanças na elaboração e execução do Orçamento.

“Terminamos as prévias sem rachaduras, sem fissuras, e mais unidos do que nunca”

Aloizio Mercadante, comemorando sua vitória nas prévias do PT no estado de São Paulo.

Foto da Semana

Sessão solene realizada no Plenário marcou a passagem dos 180 anos de instalação do Senado, ocorrida em 6 de maio de 1826. Presidiu os trabalhos o senador Tião Viana, vice-presidente, ao lado do senador Renan Calheiros, presidente da Casa, que, na ocasião, ocupava interinamente a Presidência da República. A presidente do STF, Ellen Gracie, e os ex-presidentes do Senado José Sarney e Antonio Carlos Magalhães também compuseram a Mesa



J. FREITAS

Crise da Varig será debatida na Rádio Senado

A crise da Varig é o tema do *Conexão Senado* desta segunda-feira. A empresa aérea criada em 1927 enfrenta problemas financeiros e deverá ser leiloada em julho. O BNDES anunciou a liberação de financiamento para os investidores interessados na reestruturação, a fim de que a Varig continue em atividade até a data da venda. O programa da Rádio Senado começa às 12h, e o debate, às 12h30.

Já o programa *Prosa e Verso* que será apresentado no sábado, às 9h, com reprise às 16h do domingo, traz a criatividade do poeta e compositor José Miguel Wisnik. Entre as canções de sua autoria a serem executadas estão *Anhangabaú da Felicidade*, *DNA*, *Presente*, *Outono*, *Primavera*, *Tempo sem Tempo* e *Baião de Quatro Toques*.

Repórter Senado destaca os 180 anos da Casa

Na TV Senado, os 180 anos da instituição serão retratados no *Repórter Senado* de maio, que vai mostrar a Casa por dentro, onde policiais, equipes de limpeza, médicos, jornalistas e profissionais especializados do Legislativo trabalham para que a instituição funcione de maneira eficaz e possibilite aos senadores as melhores condições de trabalho.

O programa apresenta depoimentos de quem testemunhou os fatos que mudaram o cenário político nos últimos 30 anos; imagens que normalmente não são mostradas ao público e os segredos da Casa onde são votadas leis que ajudaram a mudar o país.



O poeta e compositor José Miguel Wisnik é o convidado do programa *Prosa e Verso*

O *Repórter Senado* vai ao ar na sexta, às 22h30, com reprise no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h.

Mais sobre a Rádio e a TV Senado: www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



Renan (ao microfone) no lançamento da obra, que reuniu o autor, Petrônio Muniz (2º à dir.), Maciel, Tuma e Bornhausen

Livro conta elaboração da Lei da Arbitragem

A construção da Lei da Arbitragem, que permite aos brasileiros valer-se da mediação para dirimir litígios, sem a intervenção de juiz, é o tema do livro *Operação Arbitrer – História da Lei 9.307/96*, lançado na última quarta-feira, no Salão Nobre do Senado. O autor é o advogado pernambucano Petrônio Muniz, a lei é de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) e o lançamento é uma iniciativa do Instituto Tancredo Neves em comemoração aos dez anos da lei.

Segundo o autor, o livro relata, sob a forma de crônica, a aventura que foi lançar os alicerces do direito da arbitragem no Brasil. De acordo com Marco Maciel, ninguém melhor que Petrônio Muniz para transformar em livro a história de como nasceu e prosperou essa norma, que dá às sentenças arbitrais a mesma eficácia das decisões judiciais, além de estabelecer que os árbitros são juizes de fato e de direito. O senador diz que a obra resgata com precisão toda a saga da tramitação desse projeto.

– Em tempos idos e vividos, para usar expressão de Macha-

do de Assis, recebi a visita do dr. Petrônio Muniz, que me propunha o anteprojeto e se dispunha a ajudar-me na tarefa quase heróica de tornar o juízo arbitral realidade em nosso país – lembra Maciel.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez questão de homenagear o colega, senador Marco Maciel, e destacou a importância da lei e da prática da arbitragem no Brasil e no mundo.

Presidente do Instituto Tancredo Neves, o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) afirma que a publicação é uma grande contribuição ao estudo do Direito Arbitral. Para ele, o livro oferece subsídios aos interessados em ampliar conhecimentos com vistas a exercer esse direito, do maior significado numa democracia participativa.

A lei estabelece que as partes podem convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais do Direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio. A principal característica da Lei da Arbitragem é a fixação de um prazo máximo de seis meses para a solução dos conflitos.

SENADO

Biblioteca do Senado comemora 180 anos

Os 180 anos da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho serão comemorados nesta terça-feira, a partir das 18h30, quando serão lançados um livro e um documentário da TV Senado. Estão ainda previstas apresentações do Coral do Senado, cantando *Aquarela do Brasil*, e da companhia teatral Gabinete 3, que vai representar a criação da biblioteca, além da realização de um coquetel.

O livro *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 Anos de História Viva* resgata a criação

e a história da instituição, contando como o acervo foi reunido ao longo dos anos, relacionando suas obras raras e mostrando sua entrada na era digital. A publicação foi produzida pela comissão de servidores do Senado que está coordenando as comemorações dos 180 anos da Casa.

A Biblioteca do Senado foi criada em 18 de maio de 1826, quando a Câmara dos Senadores do Império do Brasil, por iniciativa do então Visconde do Cairu, instituiu a Livraria do Senado. O objetivo era organizar um acervo

que pudessem ser consultadas pelos senadores que precisassem de esclarecimentos sobre determinadas matérias.

O acervo da Biblioteca do Senado tem aproximadamente 150 mil livros, 4 mil obras de referência (dicionários e enciclopédias), 3.600 periódicos (jornais e revistas), além de CD-ROMs, mapas e outros registros. São mais de 4 mil obras raras, como o livro *Novus Orbis*, de Joannes Laet, impresso em 1633, e a primeira edição do primeiro livro de Machado de Assis (*Desencantos*, de 1861).



Páginas da Agência Senado Internacional e dos 180 anos da Casa já estão disponíveis na internet



Agência tem páginas internacional e comemorativa

Entrou em operação, no dia 11 de maio, a página na internet da Agência Senado Internacional, que pode ser vista no endereço eletrônico www.senado.gov.br/agencia/internacional. Com o objetivo de dar maior divulgação aos trabalhos do Legislativo brasileiro, a Agência Senado Internacional conta com noticiário em inglês e espanhol, extraído do material da Agência Senado.

A nova página, que tem como editor-chefe o jornalista Marcos Magalhães, será renovada semanalmente, com resumo das principais notícias do Senado. A diretora da Agência Senado, Valéria Ribeiro, escolheu o dia das comemorações pelos 180 anos do Senado para o lançamento do novo produto.

Também já está no ar a página produzida pela Agência Senado

para integrar todo o material da Secretaria Especial de Comunicação Social sobre os 180 anos da Casa.

Entrevistas exclusivas, depoimentos de senadores e reportagens especiais contam a história do Senado desde 1926 até os dias de hoje, em arquivos disponíveis em vídeo, áudio e texto. A página pode ser vista em www.senado.gov.br/comunica/180anos.

Conheça o Senado

Som e imagem digitais com o Cedoc

Um dos mais recentes departamentos da estrutura do Senado, o Centro de Documentação em áudio, vídeo e foto, o Cedoc Multimídia, tem o objetivo de supervisionar todo o processo de preservação de informação audiovisual. O Cedoc é responsável pela identificação, uso, avaliação, tratamento, armazenamento e arquivamento do acervo multimídia dos órgãos de comunicação social do Senado, da Secretaria Técnica de Eletrônica (STel) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O Cedoc Multimídia foi criado para inserir o Senado na era digital e, assim, evitar a perda de preciosos registros da história do Brasil contidos em uma quantidade imensa de fitas de áudio e vídeo nos arquivos da TV e da STel. Todos os registros feitos em mídias diversas estão sendo convertidos em formato digital e, aos poucos, os novos conteúdos passarão a ser produzidos já nesse formato.

O material digitalizado ficará armazenado em uma robótica, equipamento que funcionará como um arquivo central. Será

possível o acesso simultâneo de vários usuários aos acervos, de forma ágil e segura. Atualmente, está em curso o trabalho de levantamento dos fluxos de informação e de estabelecimento de rotinas para que a catalogação, ou a entrada de dados no sistema, permita a recuperação das informações no futuro.

O Cedoc Multimídia será uma das fontes da coluna Aconteceu no Senado, que terá início na próxima edição semanal do *Jornal do Senado*, em substituição ao Conheça o Senado.



A robótica, equipamento que será um arquivo central, armazenará material digitalizado sobre registros da história do país e do Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Rádio do Cidadão: serviço e prazer

Na era da internet e dos aparelhos celulares, esperava-se que a comunicação de cidadãos comuns por rádio caísse em desuso. Não foi o que aconteceu.

Para os apaixonados pelo *hobby*, a comunicação via rádio oferece oportunidade de se relacionar e formar comunidades com valores próprios, como a satisfação de prestar assistência em situações de perigo, além de estar associado a estilos de vida aventureiros, como o dos adeptos dos

esportes radicais, em especial os *rallies*. Nesse tipo de atividade o papel do rádio até hoje não foi suplantado por outras formas de comunicação.

O serviço Rádio do Cidadão é uma modalidade de radiocomunicação usada de modo compartilhado, na faixa de frequência entre 26,96 MHz e 27,61 MHz, que corresponde a um comprimento de onda de cerca de 11 metros. Daí serem comuns expressões como “operar em 11 metros” ou “operar na faixa de 27 MHz”.

Já o serviço de radioamador utiliza várias faixas de frequências e várias modalidades de transmissão, de acordo com a classe de cada operador (são concedidas licenças nas classes A, B, C e D).

De acordo com a Constituição federal, “compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações” (art. 21, inciso XI). Por isso, para prestar os serviços de radiocidadão ou de radioamador, que incluem montar e ope-

rar as estações transmissoras, é necessária autorização do governo federal, concedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), vinculada ao Ministério das Comunicações.

Essas estações integram o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) e, em caso de emergência, como catástrofes, incêndios, inundações, epidemias e acidentes, auxiliam as forças policiais, os órgãos públicos e os demais cidadãos a enfrentar essas situações de perigo.

Radiocomunicação para pessoa física

Serviço Rádio do Cidadão – É a forma de radiocomunicação mais popular, em que qualquer pessoa pode pedir uma licença para operar a partir de equipamentos instalados em casa, no trabalho, ou em veículos. Também chamado de Faixa do Cidadão, CB ou PX, é o preferido pelo público pela facilidade de instalação e de obtenção da licença.

Os objetivos desse serviço são a comunicação, de interesse geral ou particular, e o auxílio em situações de emergência.

O sinal de rádio enviado na Faixa do Cidadão viaja até a ionosfera (região superior da atmosfera ionizada pela radiação solar) e é refletido de volta para a Terra, permitindo alcançar

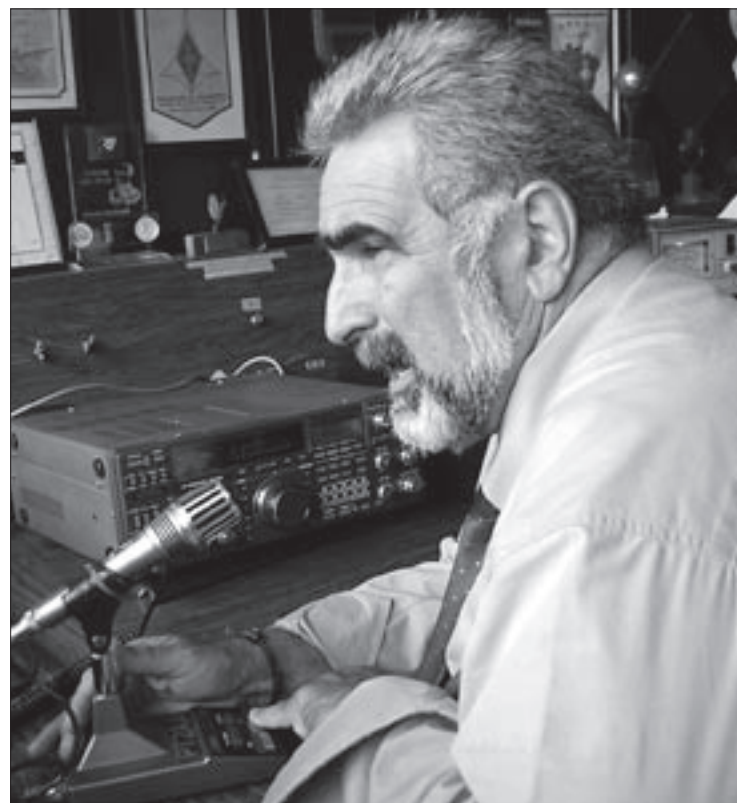
enormes distâncias e realizar uma conversa por rádio entre países de continentes diferentes com toda a segurança.

As antenas para veículos têm em média 2,73 metros de comprimento. São as famosas “marias-moles”, vistas em automóveis, jipes e caminhões que rodam pelas estradas do Brasil e do mundo.

Serviço de radioamador – É o serviço mais completo à disposição do cidadão comum e visa prover comunicação, instrução pessoal e estudos técnicos, sendo vedada a utilização para outros fins. São autorizados a instalar e operar uma estação do serviço de radioamador associações de radioamadores, escolas e uni-

versidades, brasileiros maiores de dez anos (pais e tutores são responsáveis até a maioridade), e estrangeiros que cumprirem as condições previstas na legislação.

Para obter a licença de operação, o candidato precisa ter um Certificado de Operador de Estação de Radioamador (Coer), concedido aos aprovados nas provas aplicadas pela Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (Labre) – em razão de termo de cooperação firmado entre a Anatel e a Labre; fazer um curso preparatório de ética de operação; e aprender o código fonético e o código Q. Para as classes “A” e “B” são exigidos conhecimentos de eletrônica e do código Morse.



ANA VOLPE/JORNAL DO SENADO

Presidente da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, Roberto Stuckert faz contato com radioamadores da Itália

Direitos e deveres de prestadores e operadores

- ▶ O radiocidadão e o radioamador devem disponibilizar sua estação em caso de emergência, situação em que podem, inclusive, dependendo da gravidade da situação, operar em frequências exclusivas da polícia e de outros serviços.
- ▶ As instalações e a altura das antenas devem estar de acordo com as normas técnicas e de construção, garantido ao radioamador o direito de instalar sua antena no teto de prédio em condomínio.

Características dos equipamentos

- ▶ equipamentos homologados e instalados segundo os critérios definidos pela Anatel

- ▶ transceptores limitando rigorosamente a emissão às faixas permitidas
- ▶ estabilidade de frequência para suportar variações de temperatura e de tensão elétrica
- ▶ potência média de acordo com o permitido e dispositivos para atenuar emissões espúrias.

Regras de operação

- ▶ antes de transmitir, o operador deve verificar se a frequência está livre
- ▶ nenhuma chamada pode ser repetida mais de três vezes consecutivas
- ▶ em cada câmbio deverá ser mencionado o indicativo de chamada de ambas as estações em contato
- ▶ o indicativo deve ser declarado completo
- ▶ a transmissão não pode durar mais que três minutos, exceto nos casos de emergência.

Reclamações

Se suspeitar que uma estação radioamadora ou de

radiocidadão está provocando interferências ou prejudicando de algum modo seus direitos, veja como fazer:

- ▶ verifique se o seu equipamento está instalado corretamente e em perfeitas condições técnicas, para não incorrer em queixa infundada. Caso o problema persista, procure a representação da Anatel em seu estado ou a página da agência (www.anatel.gov.br/index.asp?link=/conheca_anatel/Escritorios/enderecos.asp) e preencha o formulário próprio ou ligue 0800 33-2001

- ▶ reclame na prefeitura, em caso de problemas com a edificação (altura, invasão).

Por sua vez, o operador/prestador do serviço pode e deve solicitar à Anatel a certificação de seus equipamentos, como forma de preservar seus direitos e de garantir aos vizinhos que está operando de acordo com as normas e sem causar prejuízo.

Como obter autorização para instalar e operar uma estação

Dirija-se a um dos escritórios regionais ou unidades operacionais da Anatel e preencha um requerimento. Leve sua carteira de identidade e CPF. O requerimento pode ser impresso a partir do *site* da Anatel, no endereço http://www.anatel.gov.br/outros/formularios/req_ser_radio_cidadao.pdf, e

enviado pelo correio preenchido, assinado e acompanhado de cópia da carteira de identidade e do CPF para a representação regional da Anatel na capital do seu estado. É necessário pagar ainda a Taxa de Fiscalização da Instalação (TFI) e pelos direitos de execução do serviço e de uso das radiofrequências.

Como ser um radioamador

É preciso procurar as diretorias da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão nas capitais, escritórios ou unidades operacionais da Anatel ou nas delegacias regionais do Ministério das Co-

municações e pedir o calendário de testes para obtenção do Coer. Com o Coer em mãos, solicite a licença para a estação (as taxas são as mesmas das do Rádio do Cidadão).

Informações, legislação e projetos de lei

Informações

- ▶ **Ministério das Comunicações**
www.mc.gov.br
- ▶ **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**
0800 33 2001
SAUS Quadra 6, Bloco F, 2º andar
Brasília, DF – CEP 70070-940
– www.anatel.gov.br
- ▶ **Liga Brasileira de Radioamadores (Labre)**
(61) 3223-1157
Caixa Postal 004 – CEP 70359-970
– Brasília, DF
Estação Oficial PT2AA
www.labre.org

Legislação

- Lei 8.919/94** – Lei das Antenas.
- Lei 9.472/97** – Lei Geral das Telecomunicações.
- Lei 9.295/96** – Lei Mínima. Dispõe sobre os serviços de telecomunicações.
- Lei 5.070/66** – Regula a arrecadação de taxas de fiscalização, instalação e funcionamento.

Projetos de lei

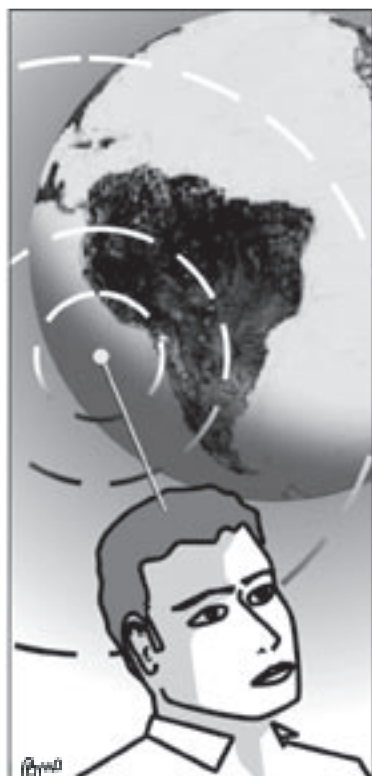
- PLS 249/203** – Do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-

RN), propõe a concessão de isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aparelhos próprios para o radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Renex), integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

PL 4.445/04 – Altera o Decreto-lei 37/96 e a Lei 8.032/90 para conceder isenção do Imposto de Importação e do IPI na importação de equipamentos de radiocomunicação realizada por radioamadores e para serviços de radiodifusão na faixa de rádio cidadão.

PL 1.542/03 – Altera a redação do art. 162 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, excetuando os equipamentos de radioamador e radiocidadão da necessidade de homologação pela Anatel, desde que homologados por entidades nacionais ou estrangeiras reconhecidas pela agência.

PLs 6.565/02, 5.942/90 e 3.767/89 – Isentam o serviço de radioamador do pagamento de taxa de fiscalização e declaram de utilidade pública os serviços de radioamador e de radiocidadão.



✂

✂